



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

SANDRA APARECIDA DA SILVA PEREIRA

**CENÁRIOS DO TURISMO RURAL DA ZONA DA MATA NORTE DE
PERNAMBUCO: CONCEPÇÃO A PARTIR DE INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS EQUIPAMENTOS**

RECIFE
2013

SANDRA APARECIDA DA SILVA PEREIRA

**CENÁRIOS DO TURISMO RURAL DA ZONA DA MATA NORTE DE
PERNAMBUCO: CONCEPÇÃO A PARTIR DE INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS EQUIPAMENTOS**

Dissertação submetida à Universidade Federal Rural de Pernambuco, no Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - PADR, Linha de Pesquisa Gestão, Mercados e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Almir Silveira Menelau

RECIFE
2013

**CENÁRIOS DO TURISMO RURAL DA ZONA DA MATA NORTE DE
PERNAMBUCO: CONCEPÇÃO A PARTIR DE INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS EQUIPAMENTOS**

Sandra Aparecida da Silva Pereira

Dissertação submetida à banca examinadora, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Almir Silveira Menelau – Orientador

Professor Doutor André de Souza Melo – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Professor Doutor Luiz Rodrigues Kehrle – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Professora Doutora Luciana Araújo de Holanda – Universidade Federal de Pernambuco

Aprovada no Recife, em 10 de Dezembro de 2014.

Aos meus pais Selma e Amarildo; aos meus irmãos Alessandro e Anselmo; ao meu marido Rodrigo; aos meus “bebês” emprestados Victor e Beatriz. Partes essenciais do meu eu.

AGRADECIMENTOS

Sim cheguei! É um ponto de parada: não... a realização de um sonho: sim.

São dois anos de muito esforço, frustrações, sucessos e aprendizado, durante todos os dias (os bons e os ruins) Deus esteve confortando o meu coração e me concedendo discernimento. E os espíritos de luz guiando os meus passos e pensamentos.

Posso parecer piegas, mas esse é o único local onde posso escrever, de maneira livre, e assim vou agradecer muito a todos que contribuíram nessa minha jornada. Ao meu orientador perfeito, maravilhoso, inoxidável, homem de uma imensa capacidade intelectual e um exímio educador: Almir Menelau... obrigada por me conduzir, suas orientações foram momentos de tanto aprendizado e de crescente admiração pela docência. Até seus puxões de orelhas são perfeitos!

Aos professores do PADR, que contribuíram na minha formação e, especialmente, ao professor Luiz Kehrlé, pela inteligência, ensinamentos e pela amabilidade para com todos nós!

Aos professores Luciana Holanda e André Melo, pelas excelentes contribuições na qualificação deste trabalho. Sem dúvida, após as observações de vocês, avancei muito na tentativa de construir algo que estivesse à altura do que propuseram. Muito obrigada por terem tido o cuidado em ler todo o meu trabalho e terem pontuado, de forma tão didática e profissional.

Às minhas amigas-irmãs-comadres: Micheline e Cristiane! Amo muito vocês e seus filhotes: Gustavinho, Clarinha e Diana!

Às minhas grandes amigas de uma das melhores épocas da minha vida: a graduação em turismo na UFPE. Mayse, Renatha, Priscilla, Karina, Patrícia e Daniela, vocês são mulheres maravilhosas!

Às minhas chefas-coordenadoras, que fizeram de um tudo para que eu conseguisse conciliar o mestrado com a vida profissional nas IES. Fabiana Bandeira (Faculdade Senac) e Ladjane Rameh (Faculdade dos Guararapes). Muito obrigada! Sem a ajuda de vocês, provavelmente, não teria conseguido a tempo realizar esse sonho. À minha chefe-coordenadora do EAD, Annara Perboire. Meu muito obrigada, também, por tudo!

Às minhas amigas-colegas, que sempre se dispuseram a trocar os horários, lecionar por mim e apagar os incêndios: Betânia Brandão, Adrijane Amorim e Fábila Alves. Adoro vocês, por tudo! Suzane França, pelo carinho e atenção! Aos colegas Sérgio Medeiros, Ivánova Oliveira, Tâmis Vicente, muito obrigada pelo apoio e atenção! Aos meus alunos, pela compreensão nas ausências e na falta de paciência. Aos proprietários dos Engenhos visitados, pela disponibilidade e hospitalidade sempre dispensadas em todos os momentos que os aperreei.

Aos amigos do PADR, em especial aos caroneiros de plantão: Adherbal, Hélia e Carol! Sempre muito bom estar com vocês! Aos que abriram meus caminhos e me aconselharam: Rosângela e Pollyana, muito thanks! À minha-aluna-colega-amiga Viviane...é tão bom isso, de ver ex-aluno seguindo por esse lindo caminho.

À secretária do PADR, pelo suporte e atenção.

Aos meus amigos soteropolitanos, a quem posso chamar de minha família estendida: Márcia e Carol (mãe e irmã baianas representando os Maias de Carvalho); Tatiana Dourado e Flávia Souza, irmãs também; Tânia Dias, por ter despertado em mim o “vírus” da administração. A Ariadna, Paula e Jorginho... , por serem sempre amigos!

Aos meus colegas-amigos do DHT, Natália Korossy e Itamar Cordeiro, pelas palavras de incentivo e pelas dicas preciosas. A Mh Cavalcanti, pela amizade de sempre, pelo carinho! Elidomar, pela prestatividade de sempre. E aos demais colegas, professores, amigos... Muito obrigada por todas as palavras de incentivo e carinho!

À minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos de minha vida! Amo muito vocês, meus pais Selma e Amarildo, meus irmãos Alessandro e Anselmo, aos meus pequenos Vitinho e Bia!

Ao meu amor-marido-amigo Rodrigo, por sempre estar ao meu lado, incondicionalmente, e torcendo sempre por mim!

Às minhas cunhadas: Carol (por ter me possibilitado conhecer o amor de tia!) e Cris, pelo amor que dedicam aos meus irmãos.

Aos amigos que estão distantes, em outros estados e países! Em especial, à minha amiga-comadre Andreza Viana! E ao príncipe inglês da dinda: Cauã.

Enfim, até os amigos que, por ora não citei. Dou graças a Deus, por ser abençoada, me concedendo um milhão de amigos maravilhosos! Vocês sabem que os amo e sabem que são!

*Vou andar, vou voar pra ver o mundo, nem que eu bebesse o mar encheria o
que eu tenho de fundo. (DJAVAN)*

RESUMO

O presente estudo tem como premissa analisar os tipos e formatos das práticas de gestão ambiental utilizadas nos equipamentos de turismo rural da Zona da Mata Norte de Pernambuco e suas possíveis consequências sobre a sustentabilidade dos equipamentos e dos ambientes naturais. Especificamente buscou-se caracterizar a oferta dos equipamentos para a prática do turismo rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco; identificar os aspectos relativos à gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural; construir cenários de sustentabilidade tendo como base as interações, entre práticas de gestão e sustentabilidade ambiental, geradas em uma matriz likert adaptada. O aporte teórico sobre turismo, turismo rural, sustentabilidade e turismo, gestão ambiental e indicadores de sustentabilidade tiveram as premissas baseadas, entre outros, por Barreto (2001); Portuguez (2008); Swarbrookwe (2000); Aligleri (2009) e OMT (2003) respectivamente. Na abordagem metodológica, a pesquisa se caracteriza por ser exploratória, descritiva e analítica sobre a gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural localizados na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, totalizando 7 (sete) equipamentos em atividades, conforme publicações da Apetur, Faepe (por intermédio de sua Comissão de Turismo Rural) e Sebrae-PE. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os proprietários ou gestores dos equipamentos, além da aplicação do formulário de pesquisa de campo, com vistas a fazer um levantamento dos indicadores e categorias de sustentabilidade na atividade do turismo rural. Os resultados dessa investigação demonstraram que, embora não haja práticas de gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural da Zona da Mata Norte de Pernambuco, há uma preocupação e ações que visam minimizar os impactos e danos causados ao ambiente natural. Ficou evidenciado que, apesar da falta da gestão ambiental nos equipamentos, o cenário atual indica uma forte tendência à sustentabilidade, a médio e longo prazos.

Palavras-Chave: Turismo, Turismo Rural, Gestão Ambiental, Sustentabilidade.

ABSTRACT

The present study is premised analyze the types and formats of environmental management practices in rural tourism facilities in the north woods of Pernambuco and its possible consequences on the sustainability of natural environments and equipment area. Specifically we sought to characterize the supply of equipment for the practice of cottages in the Zona da Mata of Pernambuco; Identify the aspects of environmental management in rural tourism facilities; build sustainability scenarios based on the interactions between management practices and environmental sustainability, generated in an adapted Likert array. Tourism is an activity that has been studied so academic in Brazil 40 years ago and still can't conceptualize universally tourism, primarily because of this phenomenon is so large and complex that it is impossible to speak in full about it. The theoretical about tourism , rural tourism , sustainability and tourism , environmental management and sustainability indicators were based on the assumptions , among others, by Barreto (2001) ; Portuguez (2008) ; Swarbrookwe (2000) ; Aligleri (2009) and WTO (2003) respectively. Methodological approach to research is qualitative and quantitative, and is characterized as exploratory, descriptive and analytical about environmental management in rural tourism facilities located in the Zona da Mata of Pernambuco equipment totalling 7 activities as publications Apeturr , Faepe (through its Committee on Rural Tourism) and Sebrae - PE . For data collection were carried out semi-structured interviews with the owners or managers of the equipment beyond the application form of field research in order to make an inventory of indicators and categories of sustainability in rural tourism activity. The results of this investigation showed that although there is no environmental management practices in rural tourism facilities in the North Forest Zone of Pernambuco is a concern and actions that aim to minimize the impact and damage to the natural environment. It was evident that despite the lack of environmental management equipment in the current scenario indicates a series tendency to sustainability in the medium and long term.

Keywords : Tourism , Rural Tourism , Environmental Management, Sustainability.

RESUMEN

Este estudio se basa en el análisis de los tipos y formatos de las prácticas de gestión ambiental en los establecimientos de turismo rural en los bosques del norte de Pernambuco y sus posibles consecuencias sobre la sostenibilidad de los entornos naturales y el área de equipos. Específicamente se buscó caracterizar el suministro de equipos para la práctica de casas de campo en la zona forestal de Pernambuco; Identificar los aspectos de la gestión ambiental en los establecimientos de turismo rural; construir escenarios de sostenibilidad basados en las interacciones entre las prácticas de gestión y sostenibilidad ambiental, generado en una serie de Likert adaptado. El turismo es una actividad que ha sido estudiado por lo académico en Brasil hace 40 años y todavía no puede conceptualizar turismo universalmente, sobre todo debido a este fenómeno es tan amplio y complejo que es imposible hablar de ello en su totalidad. El teórico sobre el turismo, el turismo rural, la sostenibilidad y el turismo, la gestión ambiental y los indicadores de sostenibilidad se basa en los supuestos, entre otros, por Barreto (2001), portugueses (2008); Swarbrookwe (2000); Aligleri (2009) y la OMC (2003), respectivamente. Enfoque metodológico de la investigación es cualitativa y cuantitativa, y se caracteriza por ser exploratoria, descriptiva y analítica sobre la gestión ambiental en las instalaciones de turismo rural ubicados en la Zona da Mata de Pernambuco equipos por un total de 7 actividades como publicaciones Apeturr, Faepe (a través de su Comisión de Turismo Rural) y el Sebrae -PE. Para la recolección de los datos se llevaron a cabo entrevistas semi-estructuradas con los propietarios o administradores de los equipos más allá de la forma de aplicación de la investigación de campo con el fin de hacer un inventario de indicadores y categorías de la sostenibilidad de la actividad turística rural. Los resultados de esta investigación mostraron que, si bien no existen prácticas de gestión ambiental en los establecimientos de turismo rural en la zona de bosques del Norte de Pernambuco es una preocupación y acciones que tienen como objetivo minimizar el impacto y el daño al medio ambiente natural. Era evidente que a pesar de la falta de equipo de gestión ambiental en el escenario actual indica una tendencia series a la sostenibilidad en el mediano y largo plazo.

Palabras-clave: Turismo, Turismo Rural, Gestión Ambiental, Sustentabilidad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APETURR	Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
CONTUR	Conselho de Turismo de Pernambuco
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
Embratur	Instituto Brasileiro do Turismo
Empetur	Empresa de Turismo de Pernambuco S.A
Faepe	Federação de Agricultura do Estado de Pernambuco
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, qualidade e Tecnologia
Lafepe	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco
Promata	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do turismo
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UPE	Universidade de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Turismo Rural e Ecológico de Pernambuco	49
Figura 2 – Fachada principal da Casa de Campo	53
Figura 3 – Primeiro Pavilhão de Chalés da Casa de Campo	54
Figura 4 – Informativo aos hóspedes da Casa de Campo	55
Figura 5 – Casa-Sede Cueirinha	57
Figura 6 – Restaurante Cueirinha	58
Figura 7 – Alpendre Engenho Iguape	60
Figura 8 – Sala de Jantar do Iguape	62
Figura 9 – Entrada do Aparauá	64
Figura 10 – Área de Convivência do Aparauá	65
Figura 11 – Casa-grande e Capela do Jundiá	67
Figura 12 – Sala de visitas do Jundiá	68
Figura 13 – Vista da Serra do Jundiá	69
Figura 14 – Casa-grande e Capela Uruaé	71
Figura 15 – Vista da Piscina do Uruaé	72
Figura 16 – Ala de Hospedagem Uruaé	73
Figura 17 – Casa-sede Engenho/Cachaçaria Água Doce	76
Figura 18 – Alambique da Cachaçaria e Engenho Água Doce	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores Centrais do Turismo Sustentável	43
Quadro 2 – Panorama Geral dos Engenhos Pesquisados	50
Quadro 3 – Categorias e Indicadores da Casa de Campo	56
Quadro 4 – Categorias e Indicadores do Cueirinha	59
Quadro 5 – Categorias e Indicadores do Iguape	63
Quadro 6 – Categorias e Indicadores do Aparauá	66
Quadro 7 – Categorias e Indicadores do Jundiá	70
Quadro 8 – Categorias e Indicadores do Uruaé	74
Quadro 9 – Categorias e Indicadores do Engenho Água Doce	77
Quadro 10 – Categorias e Indicadores Panorama Geral	81

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	JUSTIFICATIVA	20
1.2	OBJETIVOS	21
1.2.1	Objetivo Geral	21
1.2.2	Objetivos Específicos	21
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	PREMISSAS DO TURISMO	23
2.1.1	Componentes da Oferta Turística	24
2.2	O TURISMO RURAL E O TURISMO NO ESPAÇO RURAL	26
2.2.1	O Surgimento da atividade do Turismo Rural	31
2.3	A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO	34
2.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	38
2.5	AVALIAÇÃO E INDICADORES PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL	41
3	METODOLOGIA	44
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	49
4.1	PANORAMA GERAL DOS ENGENHOS	50
4.2	ENGENHO ANGICOS – CASA DE CAMPO ENGENHO DE LAZER	53
4.3	ENGENHO CUEIRINHA	57
4.4	ENGENHO IGUAPE	60
4.5	APARAUÁ ECO-AVENTURA	64
4.6	ENGENHO JUNDIÁ	67
4.7	ENGENHO URUAÉ	71
4.6	ENGENHO E CACHAÇARIA ÁGUA DOCE	75
4.8	ANÁLISE GERAL	78
5	CONCLUSÃO	80
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICES	93
	APENDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	93

APÊNDICE B – Formulário de Pesquisa de Campo	94
ANEXO 1 – Manual de Impactos Ambientais – BNB	95

1 INTRODUÇÃO

Embora a atividade turística seja amplamente discutida e analisada na atualidade, ainda carece de uma definição que seja unanimemente aceita e que sirva para precisar o que é, de fato, o turismo. Todavia, apesar de imersa em dificuldades no campo conceitual, a atividade não parou de evoluir no mundo inteiro.

Com efeito, alguns autores, entre eles Beni (2007), Dias (2008), Ignarra (2003), Ruschmann (2001) e Trigo (2005) mencionam que o crescimento do turismo deu-se a partir da revolução dos transportes e da revolução tecnológica as quais provocaram mudanças, a exemplo do fácil acesso às informações e da melhoria e barateamento nos meios de transportes. Também em virtude do aumento do tempo livre para alguns segmentos sociais, assim possibilitando maior disponibilidade para o lazer, e ainda o aumento real de renda das classes menos favorecidas no país. Esse conjunto de mudanças viabilizou condições favoráveis para o crescimento da atividade turística.

Verifica-se, desse modo, que os avanços tecnológicos nos transportes e em outras formas e meios de comunicação reforçaram os fatores econômicos que favoreceram a expansão da atividade turística.

Devido ao crescimento significativo do turismo no setor econômico, Cavaco (2001) salienta:

O turismo é reconhecido oficialmente pelas suas potencialidades como fator de desenvolvimento, em várias escalas, da local à nacional. São, com efeito, múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, diretos, indiretos e induzidos. Atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios (CAVACO, 2001, p. 26).

Neste trabalho, acata-se a noção de turismo como uma atividade que deve priorizar o desenvolvimento local, a valorização do patrimônio cultural e natural, a oferta de produtos e serviços de qualidade, a manutenção da infraestrutura básica e das vias de acesso, bem como o resgate dos costumes regionais, conforme proposto por Solla (2002):

O turismo é uma atividade que permite criar riqueza, sem necessidade de grandes investimentos, e com a possibilidade de manter as ocupações e costumes tradicionais. Em outras palavras, na medida em que o patrimônio, no sentido mais amplo do termo (natureza, cultura, material e imaterial e o próprio ser humano), é o fator de atração e gerador de renda, o turismo permite mantê-lo, ao mesmo tempo, obter certas receitas que contribuam para incrementar a qualidade de vida da população envolvida (SOLLA, 2002, p. 122).

No contexto da conceituação apontada por Solla (2002), insere-se o turismo rural, o qual representa uma opção social por atividades de lazer que remetem a ambientes mais tranquilos. Integrados ao turismo rural, podem ser ainda englobados o ecoturismo e o turismo em áreas naturais (entre tantas definições) que, além de outras premissas, buscam promover a valorização do meio ambiente, das tradições regionais e das atividades agropecuárias, pois este segmento tem como alternativa diversificar o produto turístico, agregando valores à atividade rural, sem que haja modificações no espaço.

O turismo rural surge no Brasil como uma alternativa econômica capaz de minimizar a decadência do meio rural e manter a atividade agrícola nas propriedades, que, por uma série de fatores de ordem econômica, social e cultural, deixaram de ser viáveis. O turismo rural ainda surge como uma atividade capaz de melhorar os rendimentos das propriedades rurais e valorizar os modos de vida tradicionais às ruralidades, fazendo com que aconteça o contato do turista com o meio ambiente natural.

De acordo com o Ministério do Turismo (MinTur - 2003), a partir da década de 1980, devido às dificuldades do setor agropecuário, o segmento de turismo rural vem crescendo pelo País, com características diferenciadas. Na maioria dos casos, ocorrem algumas múltiplas denominações, a saber: Agroturismo, Ecoturismo, Turismo de Interior, Turismo no Meio Rural, Turismo Verde, Agroecoturismo, entre outras.

Os estados brasileiros que realizam, de forma mais extensiva, a atividade concentram-se nas regiões Sul e Sudeste com destaque para Santa Catarina, principalmente na cidade de Lages, que desde 1980 realiza a atividade como alternativa para o uso e o aproveitamento das estruturas já existentes (fazendas, estâncias, sítios) que estão localizados na região serrana (ALMEIDA et. al., 2000).

No estado de Pernambuco, durante muitos anos, a atividade turística se concentrou no litoral com ênfase ao turismo de sol e mar e ao turismo de negócios e eventos. Porém, ao longo das duas últimas décadas, algumas ações voltadas para o desenvolvimento da atividade foram colocadas em prática, objetivando a estruturação das práticas do turismo nas cidades interioranas.

Amorim (2007) relata que a primeira iniciativa da prática de turismo rural foi feita pela Fazenda Sambaíba (município de Brejo), na década de 1990, e que, atualmente, segundo a Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico (APETURR - 2013), há no estado 23 equipamentos¹ de turismo rural.

A Zona da Mata (Norte e Sul) de Pernambuco é a área geográfica com maior número de equipamentos para a prática do turismo rural (atualmente são 15), o que, para Amorim (2007), se deu em virtude de essa região ter até hoje a monocultura da cana-de-açúcar como sua principal atividade econômica, embora esteja bastante distanciada dos tempos de riqueza do passado e viva um momento de instabilidade, devido ao declínio da indústria açucareira. Em face do *status quo* da atividade canavieira do estado, as propriedades que anteriormente se dedicavam à monocultura agora investem no turismo rural para fugir das dificuldades (AMORIM, 2007).

As cidades da Zona da Mata, que nasceram ao redor dos grandes engenhos e usinas de cana-de-açúcar, cresceram estruturando-se para fornecer produtos e serviços exigidos pelo complexo sulcralcooleiro.

As atividades são predominantemente rurais, e os pólos de convergência da produção rural sempre foram as usinas e não as cidades. Estão em curso, na região da Zona da Mata Norte, grandes investimentos que deverão resultar na formação de um novo centro industrial diversificado, tendo como base a montadora Fiat, Polo-Farmoquímico e de Biotecnologia, de uma fábrica de hemoderivados, de uma cervejaria e outros empreendimentos, cujo funcionamento mudará a dinâmica econômica da área, à semelhança do que acontece na Zona da Mata Sul, em decorrência dos investimentos no pólo industrial e portuário de Suape.

A principal atividade na região ainda é proveniente da exploração do setor primário, tendo a cana-de-açúcar como seu principal produto, empregando a maioria

¹ Equipamento de Turismo é o termo técnico utilizado para caracterizar um conjunto triplo (infraestrutura, ambiente e serviços) mínimo, a partir do qual a atividade turística é oferecida/praticada.

da mão de obra. O setor secundário é importante desde o início do século XX, já que desde essa época instalaram-se em terras goianenses indústrias como a Kablin, Nassau (a maior fabricante de cimento do Estado e segunda maior do País), Canaã, Itapessoca, Produtos Pérola, Usina Santa Tereza, entre outras.

A Zona da Mata Norte é composta por 19 municípios: Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Itaenga, Lagoa do Carro, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência. Dentre eles, destacam-se Goiana, Timbaúba e Carpina, como de maior hierarquia funcional urbana.

Outra transformação nessa região é promovida pela finalização das obras de duplicação da BR-101 Norte e projetos logísticos (pólo logístico e arco metropolitano) que visam contribuir para o escoamento da produção entre o norte e o sul do País e para o incentivo do turismo nessa região. De acordo com dados do governo do estado, a área norte deve totalizar R\$ 15 bilhões em investimentos (PERNAMBUCO, 2012).

Todos esses investimentos acarretarão mudanças na paisagem local, darão uma maior visibilidade e um possível incremento da atividade turística e, inegavelmente, ocasionarão impactos ambientais numa área que já foi intensamente comprometida pela cultura da cana-de-açúcar (desde o século XVI) e pela produção sulcrocroleira. É sob esse prisma que o presente trabalho se debruça nos antigos engenhos de cana-de-açúcar os quais estão realizando a atividade de turismo rural e, dessa forma, ocasionando algum grau de impacto ao meio ambiente natural.

Segundo Pires (2001), o caráter dinâmico e multifacetado das relações de interdependência do turismo – que se estabelecem no meio físico, em conjunto com seus suportes ecológicos e as diversas atividades humanas, no seu sentido mais amplo – é o responsável pelas repercussões positivas ou negativas nos desdobramentos da atividade. Essa afirmação leva a admitir que a atividade turística produz, inevitavelmente, tais impactos, com seus efeitos de trocas no tempo e no espaço, recaindo assim sobre o homem, a sociedade e o entorno natural.

Corroborando o posicionamento de Pires (2001), Cooper (2001) assevera que a presença de turistas no processo consumo-produção do turismo, diretamente nos locais onde é originado, torna inevitável a associação da atividade turística aos impactos ambientais, considerando que o meio biofísico, sobretudo o ambiente natural, é um suporte indissociável dos destinos turísticos. Cooper (2001) afirma

também que uma das formas mais recorrentes de degradação ambiental, gerada pelo desenvolvimento desordenado da atividade turística, é a destruição das paisagens naturais. A posição desses dois autores alinha-se com as preocupações verificadas em todo o mundo.

É sabido que as últimas décadas assistiram a um crescimento mundial da preocupação com os impactos causados ao meio ambiente, em atividades de interesse humano, em detrimento do bem-estar coletivo. A consequência disso foi que a humanidade entendeu ser necessário modificar todo um comportamento presente o qual teve início com a Revolução Industrial, cujas premissas abordavam que os recursos naturais seriam inesgotáveis e que estes poderiam receber e assimilar resíduos indefinidamente. Considerava-se ainda que a geração de poluentes seria inevitável, não sendo possível produzir bens e serviços sem o lançamento de resíduos, efluentes e emissões atmosféricas (GASI; FERREIRA, 2006).

Seguramente, as transformações que deverão ocorrer na Zona da Mata Norte de Pernambuco e os impactos ambientais a serem causados por essas mudanças – nesse contexto estão inseridas as atividades do turismo em geral e as do turismo rural em particular – irão alterar o crescimento e o desenvolvimento dos destinos.

Considerando tais pressupostos, e por entender que essas atividades ocasionam inevitavelmente impactos no ambiente natural, o presente estudo se volta à análise das ações de gestão ambiental nos equipamentos de turismo e, em particular, no turismo rural. Isso porque esses equipamentos interferem e impactam direta ou indiretamente o ambiente natural no qual se inserem, com ações conscientes ou inconscientes.

1.1 JUSTIFICATIVA

O estudo que está sendo aqui delineado se justifica dada a necessidade de se analisar de que forma os equipamentos de turismo rural – situados na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco – adotam práticas de gestão ambiental, de forma a torná-los sustentáveis. E, apesar de já haver um número considerável de publicações² as quais abordam os aspectos da gestão sustentável e suas relações

² Os trabalhos mais recentes – aproximadamente 140 – estão listados em: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/lista> dos quais se pôde ter acesso a: Candioto (2013); Pedreira; Santos e Posidônio (2013); Scharf; Fernandes; Orlandi (2013); Cardoso; Mondo; Alves; Costa (2013); Sterquel; Sepúlveda; Díaz (2013); Rameh e Santos (2011); Silva e Santos (2010), Lima, Castro e Pires (2011).

com o turismo, nos âmbitos regional e estadual esta é a primeira pesquisa que se debruça sobre a Zona da Mata Norte de Pernambuco, com o intuito analisar a forma de adoção da gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural ali localizados e explorados.

Sabe-se ainda que a atividade turística reveste-se cada vez mais de importância estratégica nos processos de fomento ao desenvolvimento autossustentado em todo o mundo e este é um fato por demais conhecido. O turismo é uma atividade que vem se desenvolvendo e ganhando destaque significativo no processo econômico, cultural, social e ambiental, de forma globalizada.

O turismo rural pode possibilitar o resgate da cultura regional, a conscientização de se conservarem as áreas naturais, as trocas culturais entre visitantes e a população, bem como o desenvolvimento sustentável da atividade turística, incrementando o setor econômico e criando oportunidades de empregos, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida para a comunidade.

Partindo desse pressuposto, acredita-se que o estudo da temática reunirá informações para despertar nos proprietários rurais, no poder público e na população rural a importância de se trabalhar com um conjunto de práticas em que constem os elementos de maior relevância para a sustentabilidade dos negócios e dos ambientes nos quais as atividades são levadas a efeito.

Com este trabalho pretendeu-se, também, oferecer aos acadêmicos e aos docentes dos cursos de graduação e pós-graduação – em turismo, hotelaria, eventos, gastronomia (ou seja, a ampla área da hospitalidade), além de agronomia, economia, geografia e gestão ambiental – conhecimentos detalhados acerca do tema e do problema de pesquisa, disponibilizando informações do surgimento, inovação e crescimento do turismo rural. Ademais, objetivou-se mostrar de que forma a atividade pode garantir o desenvolvimento da região, promovendo a divulgação da atividade, segundo as perspectivas histórica, ambiental e cultural, além de mostrar o valor significativo da atividade para o crescimento da população e dos negócios rurais.

A expectativa é que o relatório final sirva também como instrumento de pesquisa e acervo para completar as fontes de estudos deste tema que, conforme foi dito anteriormente, ainda que exista um número considerável de publicações

sobre as relações do turismo, sustentabilidade e gestão ambiental, a pesquisa tem sua importância magnificada.

1.2 OBJETIVOS

De forma a orientar o desenvolvimento do estudo e responder ao questionamento “Quais são os tipos e formatos das práticas de gestão ambiental realizadas pelos equipamentos de turismo rural da zona da mata norte de Pernambuco e suas consequências para a sustentabilidade dos ambientes naturais?”, , assumem-se os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os tipos e formatos das práticas de gestão ambiental utilizadas nos equipamentos de turismo rural da Zona da Mata Norte de Pernambuco e suas possíveis consequências sobre a sustentabilidade dos equipamentos e dos ambientes naturais.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Caracterizar a oferta dos equipamentos para a prática do turismo rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco;
2. Identificar as práticas e os aspectos relativos à gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural; e
3. Construir, a partir das análises dos potenciais de comprometimento ambiental dos processos de oferta dos serviços dos equipamentos de turismo rural da zona da mata norte de Pernambuco, cenários de sustentabilidade tendo como base as interações, entre práticas de gestão e sustentabilidade ambiental, geradas em uma matriz likert adaptada.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo aborda, de forma geral, as premissas do trabalho, além de apresentar o problema, os objetivos (geral e específicos) e a hipótese que norteiam a pesquisa.

O segundo capítulo discorre sobre a fundamentação teórica que embasa o trabalho e se dividiu em: premissas do turismo; componentes da oferta turística; o turismo no espaço rural; o surgimento da atividade do turismo rural; a busca pela sustentabilidade no turismo; gestão ambiental e sustentabilidade e, por fim, a avaliação e indicadores para o turismo sustentável.

O terceiro capítulo se dedica à apresentação da metodologia utilizada na dissertação, de forma a caracterizar os procedimentos realizados em todas as fases da pesquisa.

O quarto capítulo apresenta a descrição da atividade do turismo rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco, por meio do levantamento dos equipamentos pesquisados, tendo como base estruturadora os instrumentos de pesquisa (formulários de pesquisa de campo e entrevista semiestruturada). Apresenta, ainda, os elementos que configuraram o estado de uso das premissas de gestão ambiental, além de expor os indicadores e categorias com vista à sustentabilidade dos equipamentos de turismo rural.

O último capítulo apresenta as conclusões da pesquisa, em que se destacam as impressões gerais obtidas no percurso investigativo, bem como as sugestões para estudos futuros a respeito do tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão pontuadas algumas considerações acerca destes conceitos: Turismo; Turismo Rural; Turismo Sustentável; Sustentabilidade e Gestão Ambiental; e Avaliação e Indicadores de sustentabilidade no turismo.

2.1 PREMISSAS DO TURISMO

Turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nessa conjuntura, fatores de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica ditam a escolha dos destinos a serem visitados (BENI, 2007).

Para Barreto (2001), o Turismo está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento tecnológico e ao processo produtivo, existindo uma relação direta com o desenvolvimento da sociedade.

Como há inúmeras definições e abordagens acerca do turismo, não se pretende aqui discorrer sobre estas, mas estabelecer que, em virtude da complexidade do fenômeno turístico, vários são os segmentos e atividades que serão impactados.

Todavia, procura-se acolher alguns outros conceitos e denominações para maior clareza do que por ora se estuda. Dessa forma, baseando-se em Ruschmann (2003) assume-se que a demanda turística consiste em pessoas que, devido a alguma motivação, deslocam-se para fora de sua residência habitual, utilizam serviços e fazem compras nos locais para onde se deslocaram.

Os serviços turísticos, em conjunto com os equipamentos de infraestruturas básica e turística, somados aos atrativos turísticos disponíveis no local, resultam no produto turístico o qual possui uma demanda efetiva e uma demanda potencial necessárias para o desenvolvimento de toda e qualquer atividade e localidade turística (RUSCHMANN, 2003).

O atrativo turístico é composto pela motivação do visitante, adicionada à oferta que a localidade disponibiliza para este. A composição dessa oferta é feita por bens tangíveis e intangíveis, bem como pela qualidade, eficiência e eficácia dos serviços que são prestados aos visitantes e visitados (RUSCHMANN, 2003).

2.1.1 Componentes da Oferta Turística

Para um melhor entendimento do turismo, na sua condição de atividade ampla e multifacetada, torna-se importante realizar um detalhamento dos componentes da chamada oferta turística e, para tanto, tomam-se como referência alguns autores a seguir:

Beni (2007) define a oferta turística como:

[...] conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante (BENI, 2007, p. 169).

Ainda conforme Beni (2007), a oferta é dividida em dois grupos principais que devem ser combinados: A oferta turística original, constituída pelos recursos reservados às matérias-primas, constituída por elementos naturais (montanhas, cachoeiras, lagos, entre outros) e ainda por atividades criadas pelo homem (história, religião, folclore e cultura). E a chamada oferta derivada, composta pela infraestrutura (transporte, hospedagem, agências de viagens, equipamentos de lazer e recreação).

De forma mais abrangente, Ignarra (2003) assegura que a oferta turística é composta por elementos os quais juntos constituem o chamado produto turístico. Tais elementos referidos anteriormente, quando isolados, têm pouca ou não têm nenhuma importância turística, sendo úteis, muitas vezes, para outras atividades.

Netto e Ansarah (2009) entendem o produto turístico como um *mix* de elementos que podem ser tangíveis ou não, e que se concentram numa atividade e destinação específica, compreendendo e combinando seus atrativos. O produto turístico pode ser definido como uma experiência com cinco itens principais, estando disponível a um determinado valor. Os itens são: os atrativos, as instalações e serviços, os acessos, as percepções que se têm dos destinos e o preço.

Ainda para Netto e Ansarah (2009, p. 25), de uma forma geral para quem demanda “[...]o produto turístico é uma mistura de tudo o que uma pessoa pode consumir, utilizar, experimentar, observar e apreciar durante uma viagem ou estada.”

O turista, geralmente, objetiva conhecer determinado atrativo e precisa de diversos elementos interligados para atender aos seus anseios. O turista necessita

de serviços de meios de transportes, de hospedagem, de alimentação, de diversão, de informações turísticas, de comércio, de serviços públicos entre outros. Sendo assim, os elementos que compõe a oferta turística podem ser analisados da seguinte forma: os atrativos turísticos (objeto deste estudo), os serviços turísticos, os serviços públicos e infraestrutura básica (IGNARRA, 2003).

Como forma de clarificar os conceitos e denominações dos componentes da oferta turística, adotaram-se neste trabalho as definições propostas por Lage e Milone (2011, p. 72): “a oferta turística pode ser definida como a quantidade de bens e serviços turísticos que as empresas são capazes de oferecer a dado preço, em determinado período tempo”. Os autores complementam que “pode também ser definida como o conjunto de atrações naturais e artificiais à disposição dos consumidores para a satisfação de suas necessidades” (LAGE; MILONE, 2011, p. 72).

Lage e Milone (2011) classificam a oferta turística em três categorias:

- a) Atrativos turísticos – referem-se ao local, objeto ou acontecimento que motivem o deslocamento de pessoas para conhecê-los. E podem ser divididos em: Recursos Naturais; Recursos Histórico-culturais; Realizações Técnicas e científico-contemporâneas; Acontecimentos programados.
- b) Equipamentos e serviços turísticos – segundo os autores, são também denominados de “superestrutura” a qual é composta pelas principais instalações de superfície, conjunto de edificações, instalações e serviços primordiais para a atividade turística. Constituem-se ainda pelos meios de hospedagem; serviços de alimentação; entretenimentos; outros equipamentos e serviços turísticos (operadoras e agências de viagens), transportadoras turísticas, postos de informações, comércio turístico, espaços para congressos e convenções, etc.
- c) Infraestrutura de apoio turístico: é formada pelas construções subterrâneas; sistema de transporte; sistemas de comunicação; saneamento; sistema de segurança e por equipamentos médico-hospitalares.

Complementando o exposto, Barretto (2003, p. 39) complementa que “equipamentos turísticos são construções que permitem a prestação dos serviços turísticos”.

Beni (2007, p. 325), por seu turno, afirma que “equipamentos turísticos representam o conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística”.

As definições anteriormente colocadas serviram para clarificar quais os elementos que compõem a atividade turística, visando a um melhor entendimento da complexidade do fenômeno turístico. Dessa forma, fica patente que aos equipamentos de turismo rural investigados neste trabalho atribui-se essa denominação, conforme exposto por Barreto (2003); Beni (2007) e Lage e Milone (2011).

2.2 O TURISMO RURAL E O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

O desejo por atividades de lazer que reportem o indivíduo a ambientes mais tranquilos aponta para um dos segmentos que mais crescem na atividade turística, sendo caracterizado como turismo rural o qual, entre outras premissas, busca promover a valorização do meio ambiente, das tradições regionais e das atividades agropecuárias. Isso porque o referido segmento tem como alternativa diversificar o produto turístico, agregando valores à atividade rural, atentando para a preservação e manutenção do espaço onde ela ocorre.

Não há uma única definição para o turismo rural, assim como acontece para a definição do turismo em geral, e isso se dá pelas mesmas razões já explicitadas neste trabalho. Esse tipo de turismo, como uma atividade, tem capacidade de melhorar os rendimentos das propriedades rurais e valorizar os modos de vida tradicionais da ruralidade, permitindo o contato do turista com o meio ambiente natural.

Solla (2002) deixa claro que ainda subsistem preocupações por parte dos autores que intentam estudar turismo rural, não somente pela dificuldade de definir com clareza e exatidão a atividade, mas também pela complexidade de localização geográfica (ambiente rural ou ambiente não urbano) do turismo como referência.

Tullik (1999) defende que a literatura específica sobre o turismo no espaço rural precisa ser melhor compreendida, uma vez que vários elementos são confusos, em virtude principalmente da ambiguidade do termo e dos critérios utilizados para delimitar espaços rurais e urbanos.

Para Rodrigues (1997, p. 63) “há uma dificuldade muito grande em se definir o que é urbano, em contraposição ao que é rural”, principalmente no que se refere à amplitude do fenômeno do turismo.

Cavaco (2001) adota a definição dentro de uma perspectiva mercadológica, afirmando que o turismo rural é uma forma alternativa e sustentável de turismo implantada em áreas rurais produtivas (agricultura, pecuária) que são estruturadas com o intuito de oferecer diversos tipos de serviços turísticos, tais como hospedagem, alimentação, passeios, vendas de produtos produzidos pelos moradores locais, como artesanato, entre outros, além de proporcionar aos visitantes contatos físicos com diversas áreas naturais, desprendendo-se da agitação do dia a dia, uma realidade presente nos centros urbanos.

Assim, dada a ausência de uma conceituação mais precisa e universal, convencionou-se que o turismo rural seja o conjunto de atividades turísticas – contemplativas e de lazer – que aconteçam no meio rural.

É importante ressaltar que a prática do turismo rural precisa estar alinhada aos interesses ambientais, de forma a não degradar o ambiente nem comprometer o desenvolvimento de outras atividades. Por conseguinte, impõe-se a adoção de princípios sustentáveis que, para Almeida et. al (2000) significa:

[...] uso sustentável dos recursos; revitalização das economias locais; qualidade de gestão; integração da população local; desenvolvimento planejado e controlado que implica na capacidade de carga, baixo impacto e sustentabilidade (ALMEIDA et. al., 2000, p. 43).

Devido às várias transformações pelas quais as populações urbanas passaram ao longo dos anos, estas se tornaram mais exigentes e estão sempre em busca de novos espaços para repousar e praticar o lazer. Como consequência desse novo *modus vivendi*, tais populações passaram a demandar as áreas naturais como referenciais de fuga dos centros urbanos nos últimos anos, com destaque para o turismo rural. Portanto, de acordo com as necessidades e desejos das pessoas, é necessária a criação de novas modalidades, a fim de assegurar a atividade turística, para que não seja mais um setor a “cair na mesmice” (quando não se investe em inovação; torna-se rotineiro e desinteressante), criando a possibilidade de promover benefícios para todos os envolvidos no turismo.

Para atender às novas necessidades e desejos das populações, Solla (2002) considera importante procurar inicialmente responder ao seguinte questionamento: “Por que o meio rural atrai esse tipo de pessoas com características e perfil de cidadão urbano?” Existem várias explicações para esse novo fenômeno, todavia se insiste, precisamente, no elemento “urbano”. Isso porque as cidades despontam e aceleram os ritmos de vida, caracterizados pela pressa, a impessoalidade, os ruídos e a contaminação atmosférica como identificam e definem a vida cotidiana das pessoas dos centros urbanos. Dessa forma, por conta desse *modus vivendi*, emerge a necessidade de fugir para espaços que representam exatamente o contrário, que transmitam a tranquilidade, a paz e o repouso. A rigor, isso é encontrado no o meio rural, haja vista que nesse espaço o indivíduo urbano encontra o refúgio por ele esperado.

Além dessa dificuldade em entender a relação do rural para com o urbano, é apontada outra complexidade, qual seja a de definir o turismo rural, visto que algumas conceituações se confrontam ou se contradizem. Todavia, ressalta-se a ideia de que o turismo rural é uma atividade turística em um espaço rural. Não obstante, as divergências se apresentam na definição desse espaço rural não urbanizado.

O espaço rural é delimitado de acordo com as características de cada região. Para alguns, é todo território distinto das cidades. Para outros, excluem-se os espaços montanhosos e litorâneos (PORTUGUEZ, 2006).

A exemplo do que pontua Solla (2002):

[...] durante muito tempo considerou-se o rural como o oposto do urbano, mas hoje as estreitas inter-relações reconhecidamente existentes entre esses dois âmbitos tornam difícil manter tal posicionamento (SOLLA, 2002, p. 116).

Depreende-se, portanto, que, mesmo sofrendo influência das cidades, sendo um deles o movimento migratório, com o deslocamento do homem do campo para a cidade, o meio rural terá presente certos sinais de identidade que permitirão sua caracterização.

Conforme o Ministério do Turismo (MINTUR), órgão oficialmente responsável pela formulação da política de turismo no país, o Brasil adotou um conceito de caráter mercadológico, ao definir turismo rural como “um conjunto de atividades

turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo” (MINTUR, 2003).

Em síntese, à luz do que foi exposto anteriormente, repousa o entendimento de que o turismo rural é uma tipologia do turismo no ambiente natural, o qual pode vir a ser uma atividade sustentável em áreas rurais produtivas que oferecem diversos tipos de serviços turísticos, além de proporcionar aos visitantes contatos físicos com diversas áreas naturais, desprendendo-se da agitação do cotidiano das cidades, conforme proposto por Cavaco (2001).

Complementando, Zimmmermann (2005), apresenta a seguinte definição para o turismo rural:

Segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com alojamento na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousada) nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas neste espaço, quer como lazer ou aprendizado. Deve ser incluída nesta modalidade a oferta de produtos naturais de origem local ou regional. Assim como a gastronomia típica e o conhecimento da cultura local (ZIRMMERMANN, 2005).

Enfim, o turismo rural deve estar em harmonia com a comunidade local, com outras atividades e com o meio ambiente. A harmonização garante a sustentabilidade da atividade, por meio dos elementos culturais, ecológicos e econômicos, possibilitando o desenvolvimento das áreas rurais, de forma que a comunidade receptora participe diretamente, mantendo e expressando sua identidade cultural.

O turismo sustentável “é visto como a perfeita triangulação entre as destinações (seus habitats e habitantes), os turistas e os prestadores de facilidades para os visitantes” (RUSCHMANN, 2001, p. 70).

O termo sustentabilidade deve ser compreendido como desenvolvimento, que satisfaz as necessidades humanas hoje, sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras. Desse modo, a sustentabilidade é um processo permanente em busca do equilíbrio que, segundo Dias (2008, p. 80), envolve a preservação e o aproveitamento dos recursos culturais e naturais, a equidade social e viabilidade econômica.

Isso significa praticar a atividade turística, de maneira organizada, em pequena escala, para que não se confunda com o turismo convencional (turismo massivo de sol e praia).

Diante disso, Greffe (1994) define o seguinte:

O turismo rural atualmente é como uma “locomotiva” do desenvolvimento local e regional, assim como o turismo convencional, o turismo rural constitui uma fonte de renda, proveniente de impostos e de divisas para as localidades onde ocorre; gera empregos para a mão-de-obra local, fazendo reverter, em certos casos, o processo de êxodo rural dos jovens, que já não precisam migrar para as grandes cidades em busca de emprego; estimula uma série de atividade produtivas, inerentes ao contexto rural, tais como produtos agrícolas, vestuário específico, construções, serviços público e transportes (GREFFE, 1994 apud RUSCHMANN, 2001, p. 64).

Percebe-se, desse modo, que o turismo rural traz contribuições positivas para as regiões, não esquecendo que, para obter resultados satisfatórios, a atividade deve ser planejada e fiscalizada pela população e pelo poder público local, evitando impactos indesejados sobre o meio ambiente, a economia e a comunidade local. Pois “como em toda atividade, o turismo no meio rural também possui aspectos positivos e negativos. Ele proporciona benefícios, mas também pode causar consequências que trazem problemas para a população local” (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 35).

Assim, em conformidade com os autores já citados, o turismo rural é uma atividade que, com seu desenvolvimento, pode proporcionar vantagens às propriedades em que sua implantação obtém êxito. Ademais, esse segmento pode trazer benefícios sociais com a inserção da comunidade local no desenvolvimento de atividades inerentes ao meio em que vivem, visto que um dos seus pressupostos principais é o de explorar a oferta local, contribuindo assim para a valorização cultural da comunidade e para o fortalecimento de sua identidade cultural, por meio de suas festas, religiosidade, comidas típicas, hábitos e costumes.

2.2.1 O Surgimento da Atividade do Turismo Rural

Diante das pesquisas realizadas, evidencia-se que o turismo rural não é um tema novo, porém vem sendo colocado em pauta nesses últimos anos, principalmente nas duas últimas décadas.

Segundo o Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR - 1994 apud PORTUGUEZ, 2005), ao analisar as origens do turismo em espaço rural, nos moldes da atualidade, observou-se que as formas de hospedagem em propriedades rurais originaram-se a partir da necessidade de abrigar os visitantes que circulavam nas regiões norte-americanas pouco habitadas e de paisagens atraentes, onde não existia estrutura hoteleira. Surgiram assim as chamadas *Farm Houses*, ou ainda *Country Vacations*.

De acordo com os dados obtidos, essa atividade foi iniciada por caçadores e pescadores, pois, em função do difícil acesso às áreas fartas de caça e pesca, a única alternativa viável era pernoitar nos ranchos mais próximos. Com o passar dos anos, essas instalações passaram a ofertar maior estrutura de acomodação e lazer, dando origem então aos primeiros *resorts* e hotéis-fazenda dos Estados Unidos, os quais atualmente são conhecidos como *Working Farm* (fazenda em funcionamento) (PORTUGUEZ, 2005).

O turismo rural no mundo começou a se projetar a partir da década de 1960, sendo essa prática muito comum na Europa, sobretudo na França, Espanha, Portugal, Itália e Grã-Bretanha, além de outros países, a exemplo do Uruguai, Argentina, Nova Zelândia e também no Brasil (PORTUGUEZ, 2005).

No Uruguai, a atividade iniciou-se em 1986, quando os produtores foram motivados pela demanda de estrangeiros que trabalhavam no país e queriam, ocasionalmente, conhecer a área rural. Suplementando as atividades campestres, as atividades do turismo rural começaram a se tornar cada vez mais rentáveis. A elevação do número de propriedades rurais que abriram suas portas para o turismo deu-se pela promessa de bons negócios por parte de operadoras locais que apostaram no futuro. Com o total desconhecimento do mercado, bem como do perfil do consumidor, as operadoras induziram os produtores a erros de comercialização e *marketing*. Apostaram no mercado europeu, tendo uma oferta restrita de leitos, além de um produto que não condizia com o perfil desse consumidor. O mercado interno

foi totalmente esquecido e, somente em meados de 1995, com a baixa taxa de ocupação, é que se começou a trabalhar esse mercado (PORTUGUEZ, 2005).

O turismo rural na Argentina tem sua concentração em três grandes regiões: Patagônia, Província de Buenos Aires e no litoral, dispondo cada uma de 110, 400 e 100 propriedades, respectivamente, destinadas a essa prática. A atividade, ainda em fase de implementação, começa a se organizar por intermédio do apoio governamental (ZIMMERMANN, 2005).

Estudos revelam que essa modalidade surgiu como oportunidade para revitalizar a economia rural de várias fazendas que enfrentavam problemas financeiros.

Comparando o desenvolvimento do turismo rural no Brasil com outros países, principalmente a Europa, pode-se considerar como uma atividade nova, não existindo, contudo, números precisos para datar o início dessa atividade no país. Sabe-se que as primeiras iniciativas oficiais, em escala estadual, ocorreram aproximadamente em 1986, no município de Lages, localizada no planalto catarinense, na fazenda Pedra Branca, que se propôs a acolher pessoas que estavam à procura de passar um dia no campo. São consideradas pioneiras também as fazendas do Barreiro e a Boqueirão. Logo após vieram as regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste – onde se destaca o estado do Mato Grosso do Sul – e, atualmente, Norte e Nordeste (RODRIGUES, 2001).

No estado de Pernambuco, durante muitos anos, a atividade turística se concentrou no litoral, com ênfase no turismo de sol e mar e no turismo de negócios e eventos, porém, ao longo da última década, foram se desenvolvendo ações para a estruturação das práticas do turismo nas cidades interioranas.

Assim como ocorreu na maioria das regiões que se dedicavam ao cultivo da cana-de-açúcar, na fase de modernização da agricultura e, principalmente, com a instalação das usinas, a Zona da Mata de Pernambuco sofreu as consequências dessas transformações. Muitos proprietários de antigos engenhos começaram a diversificar as atividades e, assim, o turismo rural passou a ser uma alternativa atraente para estes.

Os esforços para o aproveitamento dos engenhos de cana-de-açúcar para o turismo rural em Pernambuco começou na metade da década de 1970, por meio da Empresa de Turismo de Pernambuco S.A (Empetur), com a seleção de 20 engenhos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Conselho de

Turismo de Pernambuco (Contur), porém, por falta de adesão dos proprietários, não houve sucesso (AMORIM, 2007).

Ainda segundo a mesma autora, somente no início da década de 1990 as fazendas de café do Agreste e os engenhos na Zona da Mata começaram a investir com maior força para o início da atividade do turismo – por intermédio do estabelecimento de linhas de crédito e financiamento –, tendo a Fazenda Sambaíba (Município de Brejão no Agreste pernambucano) como primeiro equipamento a funcionar no estado para a efetivação do turismo rural (AMORIM, 2007).

Mas, ao final da década de 1990 o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata) estabeleceu ações para promoção e desenvolvimento da região, por meio da atividade turística, com o intuito de promover a geração de renda e a valorização histórica dos engenhos (AMORIM, 2007).

Para a implementação desse programa foi escolhido um território piloto (municípios de Nazaré da Mata, Buenos Aires, Tracunhaém, Aliança e Vicência), para a realização de cursos de empreendedorismo, em parceria com Sebrae, e sobre o turismo rural, com cursos de formação, oficinas de planejamento promovidos pela Empetur com a participação de técnicos municipais, professores da região, alunos do ensino médio e superior e representantes dos diversos segmentos da sociedade civil. Outra ação do programa foi a criação, pela Empetur, de uma Rota turística denominada Rota Engenhos e Maracatus como intuito de promover a região (AMORIM, 2007).

Atualmente, segundo a Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico (APETURR - 2013), existem, em todo o estado, 23 equipamentos de turismo rural, porém ainda não há uma política estruturada para o desenvolvimento adequado da atividade, principalmente no que diz respeito à inserção da mão de obra local (principalmente trabalhadores canavieiros) e à clareza nas ações mitigadoras dos impactos ambientais.

2.3 A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

O ambiente natural ou construído é o ingrediente fundamental para o desenvolvimento da atividade turística. Entretanto, durante o processo de realização das atividades turísticas, esse ambiente é, inevitavelmente, modificado; logo, a

busca de uma prática do turismo sustentável depende de ações que protejam os recursos naturais para o turismo.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT - 2003), os principais parceiros e atores para o desenvolvimento do turismo sustentável são o *trade* turístico, os apoiadores das causas ambientais e os residentes, sendo que a cooperação entre todos eles é essencial para o criterioso desenvolvimento da atividade, melhorando assim a qualidade do ambiente natural e da vida local.

O turismo, juntamente com outros segmentos produtivos, pode ocorrer de forma sustentável, pois a localidade com potencial para a atividade turística pode ser criada e recriada como valor de uso e também como valor de troca, sem que sua destruição seja obrigatória. Partindo do pressuposto de que o espaço-território é a matéria-prima do turismo rural, existe a necessidade da busca do equilíbrio entre a prática da atividade e o uso do espaço natural.

Porém, para Rodrigues (1997), apesar de o turismo ser visto, por um lado, como importante fator de valorização da economia local, por outro lado, também degrada ambientalmente. Em consequência, impõe-se uma análise dos impactos (tanto positivos quanto negativos), a fim de estabelecer critérios globais e multidimensionais nas políticas de turismo. Ainda para Rodrigues (1997), torna-se indispensável o estudo do turismo e do ambiente, de forma a assegurar a compatibilidade entre o desenvolvimento do turismo e a proteção do meio (físico, econômico, social e cultural).

Uma das maiores preocupações, em relação ao crescimento do turismo em um determinado local, é que essa atividade, muitas vezes, provoca a perda do uso e dos costumes locais. Ou seja, muitas vezes há uma transformação em demasia de agricultores/pescadores ou de pequenos comerciantes e, ainda, na contratação destes para trabalharem nos equipamentos hoteleiros ou em outras atividades da cadeia produtiva do turismo, afastando-os assim de suas naturais aptidões. Esse fato é preocupante, pois a cultura de um povo – representada pelo artesanato, tradição, gastronomia e arquitetura local – é um elemento de grande atratividade que motiva os turistas a visitar determinadas regiões.

Para Coriolano (2007), o turismo usa e apropria a natureza, tornando essa apropriação um corpo inseparável deste com o meio ambiente. Para a autora, “o turismo é uma abstração que se torna concreta quando os viajantes entram em contato com os lugares, paisagens e territórios” (CORIOLANO, 2007, p. 19).

Para Ruschmann (2003), os agentes da oferta turística deveriam adotar uma postura ética, para que houvesse uma preocupação com a proteção e a sustentabilidade do meio natural e sociocultural onde estão investindo. Essa postura ética tem que envolver as empresas públicas e privadas, turistas e a comunidade local. Porém, muitos empresários avaliam que suas obrigações são apenas com o turista e, quase sempre, se esquecem de suas responsabilidades sociais para com a população autóctone.

O turismo, na maioria das vezes, provoca alterações comportamentais na comunidade receptora. Segundo Barretto (2001), para os turistas do tipo explorador, os de elite, os excêntricos, os usuais ou os de massa, geralmente dão pouca importância se sua presença influencia ou prejudica o viver cotidiano das populações visitadas. Existe uma falta de consciência quanto às responsabilidades individuais para com o “outro”, sendo que há pouca ou nenhuma participação ou respeito pelas normas e condutas locais (BARRETTO, 2001, p. 178).

O turismo de massa praticado em uma determinada localidade ocasiona, em geral, perdas significativas de autenticidade e espontaneidade da cultura e das manifestações culturais. De modo diferente, se a atividade turística ocorrer de forma sustentável em uma determinada localidade, poderá ocasionar, entre outros benefícios, a valorização do artesanato, a valorização e preservação do patrimônio histórico e dos usos e costumes locais na sua totalidade.

Em resumo, a atividade turística pode tanto destruir quanto estimular respostas positivas que venham a reforçar a identidade do grupo ou outros aspectos da cultura local.

É sob esse prisma que o planejamento e o desenvolvimento da atividade turística devem conter estratégias e diretrizes, para que uma determinada região se desenvolva de forma sustentável, protegendo o meio ambiente local como um todo. O planejamento deve envolver empresas públicas, privadas e a sociedade, conforme os princípios éticos, sendo respeitados a cultura e o ambiente da localidade.

O planejamento turístico é feito de forma correta quando ele parte de uma visão multidisciplinar, ou seja, quando contempla o conhecimento das mais diversas áreas, viabilizando que ele se efetive ancorado na sustentabilidade.

Para Yázigi (1996), a boa condução da atividade turística pode promover a paisagem, uma vez que esta interessa, antes de tudo, aos habitantes locais e que

somente por meio da relação de estima dos moradores com o local é que haverá o despertar do interesse dos turistas.

Uma localidade turística, quando tem sua paisagem degradada, impõe a comunidade local a viver na miséria, na pobreza. Todos esses acontecimentos tendem a excluir as localidades assim caracterizadas dos fluxos internacionais de turismo.

Nesse sentido, Ruschmann (2001) afirma:

A população de qualquer que seja o sistema econômico, social ou ideológico e independente de seu grau de desenvolvimento, tem o direito de favorecer-se dos benefícios e das vantagens proporcionadas pelo turismo (RUSCHMANN, 2001, p. 29).

Mas o que pode se ver é uma outra realidade, já que os benefícios, as vantagens que a atividade turística tem proporcionado às comunidades locais são ínfimas, a exemplo dos baixos salários pagos aos trabalhadores de hotéis, transportadoras de turismo, agências de viagens, entre outros serviços.

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT- 2003), a atividade turística tem um grande potencial para levar prosperidade econômica e melhoria ambiental nos destinos nos quais é implantada. De modo contrário, o turismo mal planejado e gerenciado pode prejudicar exatamente aqueles recursos sob os quais ele se fundamenta.

O turismo e o meio ambiente estão intimamente inter-relacionados. O ambiente, seja ele natural, seja ele construído, é o ingrediente fundamental do produto turístico. Entretanto, no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado, tanto para facilitar o turismo quanto durante o processo turístico. A preservação ambiental e os programas de melhoramento são agora uma parte essencial de muitas estratégias de desenvolvimento, e tais considerações são tratadas com muito mais respeito do que eram durante a primeira metade do século passado (COOPER et. al., 2001).

A prática do turismo sustentável depende da proteção dos recursos naturais para o turismo, tanto por parte dos donos das propriedades rurais quanto por parte dos órgãos públicos, cujo papel é de grande importância no ordenamento da atividade.

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto com um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24).

É também essencial que o turismo seja politicamente aceitável, sem que se comprometa a sustentabilidade, tendo em vista que o poder público é responsável pela salvaguarda da fauna e da flora.

Swarbroke (2000) sugere que a sustentabilidade no turismo inclua a satisfação atual das necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades.

Conforme pontua Portuguez (2005, p. 582):

[...] em termos ambientais, o turismo rural se vincula às estratégias de crescimento econômico com conservação ambiental, criando vínculos afetivos entre as pessoas (visitantes e residentes) e os recursos naturais existentes. [...] desse modo, proteger o ambiente por intermédio do turismo rural é um reconhecimento e valorização das culturas ditas tradicionais (PORTUGUEZ, 2005, p. 582).

Complementando o exposto e buscando mais adiante compreender o estabelecimento da sustentabilidade no turismo, buscou-se no Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da OMT (2003) os parâmetros que o fundamentam:

- Recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer benefício para a sociedade atual.
- O desenvolvimento turístico é planejado e gerenciado de modo a não gerar sérios problemas ambientais ou socioculturais para a área turística;
- A qualidade ambiental geral da área turística é mantida e melhorada onde necessário;
- Um alto nível de satisfação dos turistas é mantido para que os destinos turísticos conservem seu valor de mercado e sua popularidade;
- Os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda a sociedade (OMT, 2003, p. 24).

Dessa forma, compreende-se que a busca da sustentabilidade no desenvolvimento da atividade do turismo rural é uma prática que vem exigindo questionamentos mais profundos, já que não se pode dissociar o uso dos bens naturais como categoria de recurso turístico.

2.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

É sabido que só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das melhorias à vida humana. A condição dialética entre homem e natureza está na base do processo de desenvolvimento e transformação das sociedades, em qualquer que seja o país ou região.

Conforme já foi dito anteriormente, constatou-se nas últimas décadas um significativo crescimento mundial da preocupação com os impactos causados pelas atividades antrópicas no meio ambiente. Como consequência, impuseram-se modificações no comportamento da sociedade a qual permaneceu com este *modus vivendi* desde o início da Revolução Industrial.

Em suas premissas de vida e de exploração dos recursos naturais, o homem via como inesgotáveis tais recursos e pressupunha que a natureza poderia receber e assimilar indefinidamente tais agressões. Considerava-se ainda que a geração de poluentes seria inevitável, não sendo possível produzir bens e serviços, sem que fossem lançados à natureza resíduos, efluentes e emissões atmosféricas (GASI; FERREIRA, 2006).

A compreensão tradicional das relações entre sociedade e natureza, desenvolvidas até o século XIX e vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza pólos excludentes, tendo a natureza como fonte ilimitada de recursos à disposição do homem (BERNARDES; FERREIRA, 2009).

Com o decorrer do tempo, constatou-se que tal entendimento não se configurava como satisfatório. Assim, a partir da segunda metade do século XX, esses conceitos foram revistos, numa tentativa de se resgatar a questão ambiental frente às relações entre sociedade e natureza.

A gravidade da crise ambiental colocou obrigatoriamente, pelo menos nos últimos 40 anos, as questões de sustentabilidade nas pautas das grandes negociações internacionais. Tais preocupações refletem a percepção de um conflito

crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, de base industrial, e o volume de efeitos desagregadores sobre os ecossistemas naturais (GUIMARÃES, 2009).

Com a publicação, em 1987, do relatório *Nosso Futuro Comum* (ou relatório *Brundtland*), pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente, foi definido como sendo uma sociedade de desenvolvimento sustentável “aquela que satisfaz as necessidades da atualidade sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas” (SEABRA, 2009, p. 170).

No decorrer dos anos 1990, até a atualidade, houve a ampliação do conceito de sustentabilidade e hoje se colocam como indissociáveis os fatores sociais e ambientais. Em linhas gerais, o conceito enfatiza a necessidade de que os problemas relativos ao meio ambiente sejam enfrentados juntamente com o problema mundial da pobreza (SWARBROKE, 2000 apud SEABRA, 2009).

A Conferência Rio 92 abriu espaço para avanços, na tentativa de produzir uma nova cultura do desenvolvimento, particularmente revendo os conceitos tradicionais e apontando para três eixos básicos de ação: a) promoção da equidade por processos distributivos; b) consolidação e construção de direitos; e c) garantia de reprodução das bases ecológicas do desenvolvimento social (RIBEIRO; STIGLIANO, 2010).

A responsabilidade ambiental nas organizações de todos os setores é advinda de um contexto internacional cuja preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável ganha importância nos países membros das Nações Unidas. Esse fato resulta em orientações para formulação de diretrizes de implantação de responsabilidade social e ambiental nas organizações.

Essas iniciativas foram transformadas em padrões, acordos, recomendações, códigos que ajudam a compreender e a situar a responsabilidade pelos impactos e consequências para as organizações. Entre elas, destacam-se: Carta de Terra (1997), Protocolo de Kioto (1997), Pacto Global (1999), Metas do Milênio (2000) e Princípios do Equador (2002) (ALIGLERI et. al., 2009).

A preocupação com a sustentabilidade é um tema cada vez mais presente na gestão das organizações, tornando-se uma variável importante em suas estratégias competitivas. Criada a partir das novas exigências das sociedades, a sustentabilidade gera modificações nas empresas (de seus propósitos e métodos organizacionais) visando a uma busca por atender às expectativas da sociedade.

Aligleri et. al. (2009) argumentam que existe, por parte das empresas, uma preocupação com posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, de modo que o tema responsabilidade socioambiental tem sido muito debatido e propagado na gestão empresarial.

Savitz (2007) afirma que a gestão responsável, a que busca equilíbrio nas relações econômicas, ambientais e sociais (o chamado tripé da sustentabilidade), contribui para o desenvolvimento sustentável, podendo-se afirmar que a responsabilidade socioambiental das empresas é indissociada do conceito de sustentabilidade.

Ao transpor as discussões de gestão ambiental para o agronegócio, Aligleri (2007) aborda sobre as fragilidades decorrentes do mau uso dos recursos naturais e das péssimas condições de trabalho que são recorrentes em muitas propriedades. Porém, com um movimento internacional pela busca de uma política de sustentabilidade, inclusive nos países que importam do Brasil, podem-se vislumbrar mudanças as quais têm como intuito aumentar a credibilidade do setor por meio da adoção de práticas sustentáveis no agronegócio.

Dessa forma, Gillone (2008) afirma que a ideia do agronegócio sustentável torna-se presente e discutida na sociedade brasileira, uma vez que a adoção de melhores práticas agrícolas e o cumprimento das normas de sustentabilidade são o único meio pelo qual a empresa e o produtor rural podem contribuir para o desenvolvimento socioambiental do País.

Aligleri (2007) aponta, também, para a existência de diferentes práticas agrícolas estruturadas as quais visam ao aumento da produtividade, com retorno econômico e menor impacto ambiental. Nessa perspectiva, foram elaboradas algumas técnicas para o estabelecimento da chamada tecnologia agrícola potencializadora da sustentabilidade, a saber: integração lavoura-pecuária; agroflorestas; silvo-pastagem; adubação verde; plantio direto; rotação de cultura; controle biológico de pragas; manejo integrado de pragas; manejo de dejetos animais e manejo de irrigação por gotejamento.

A busca por práticas ambientalmente sustentáveis no agronegócio brasileiro, além de contribuir com a sustentabilidade, também pode gerar uma imagem positiva da propriedade e assim ajudar o produtor rural a posicionar-se em novos mercados, reduzindo os riscos de restrições aos produtos e a diminuição do custo de produção, além de incrementar a vantagem competitiva.

Ainda não há estudos aprofundados sobre como as práticas sustentáveis no agronegócio são realizadas nos mais diversos lugares do Brasil, contudo sabe-se que há avanços, principalmente em virtude das pressões sociais, locais e internacionais.

2.5 AVALIAÇÃO E INDICADORES PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

Para Cooper et. al. (2001), não existe um modelo que seja aceito universalmente para a avaliação de impacto ambiental e o estabelecimento de indicadores do turismo sustentável. Observam-se, ainda, muitas lacunas nas legislações e políticas que não conseguem estabelecer critérios os quais possam ser aplicados aos destinos, equipamentos e serviços turísticos.

No Brasil, para a implantação, instalação, ampliação, operação de empreendimentos (pessoas físicas ou jurídicas), equipamentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, existe a obrigatoriedade do Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais (EIA-RIMA), estabelecido pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e instituído pela Regulamentação 01/96 e pela Resolução 237, de 19 de Dezembro de 1997 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2000 apud VIGNATI, 2008), os indicadores são instrumentos que oferecem informação sintética sobre determinados fenômenos e que se realizam a partir da concessão de um valor atribuído que confere significado a um parâmetro específico. Os indicadores podem ser desenhados para distintas finalidades, seja qualitativa, seja quantitativamente e são instrumentos indispensáveis e básicos para a gestão do turismo sustentável (VIGNATI, 2008).

Para Cordeiro (2008):

O termo “indicador” vem do latim *indicare* e significa descobrir, apontar, anunciar, tornar de conhecimento público, estimar algo a salientar ou a revelar. De acordo com SREA/DREM/ISTAC (2006), Hart (*apud* Miller, 2001) e Mousinho (2001), um indicador é algo que ajuda a compreender onde se está, para onde se caminha e o quanto longe se está de onde se quer chegar, pelo que UNWTO (2004a). Considera-os não apenas convenientes ao processo de planejamento, como também verdadeiramente essenciais (CORDEIRO, 2008, p. 44).

Cooper et. al. (2001), a partir da OCDE (1994), listaram indicadores ambientais gerais que são subdivididos nas seguintes categorias: mudança climática e diminuição da camada de ozônio; eutroficação; acidificação; contaminação tóxica; qualidade ambiental urbana; biodiversidade e paisagens; lixo; recursos naturais; indicadores gerais (economia, população, energia e transporte).

Já Vignati (2008) afirma que os indicadores mais utilizados em projetos de turismo são: capacidade de carga social; capacidade de carga ambiental; capacidade de carga das estruturas e capacidade de carga do turista.

Soldateli (2005) aponta que os principais indicadores são: vegetação; solos; elementos geológicos, minerais e fósseis; recursos hídricos; vida selvagem - fauna; qualidade do ar e estética da paisagem.

A OMT (2003) apresenta também indicadores que podem servir como referencial para serem aplicados em diferentes áreas turísticas (variando em relação a diferentes locais turísticos), a saber:

Quadro 1 - Indicadores Centrais do Turismo Sustentável

1. Proteção do Local
2. Estresse (número de visitantes)
3. Intensidade de Utilização
4. Impacto Social
5. Controle do Desenvolvimento
6. Gerenciamento dos Resíduos
7. Processo de Planejamento
8. Ecossistemas Críticos
9. Satisfação do Consumidor
10. Satisfação do Local
11. Contribuição turística para a economia local
12. INDICES COMPOSTOS: Capacidade de Carga; Estresse do Local e Atratividade

Fonte: Adaptado de OMT (2003, p. 115).

Diante do exposto, vê-se que os elementos utilizados na constituição de métodos de avaliação e levantamento de indicadores para o desenvolvimento do turismo sustentável são bastante diversos e fragmentados, sendo sua utilidade limitada para generalizações.

Buscou-se, ao longo deste capítulo, fundamentar a pesquisa em bases teóricas que se aproximassem o máximo dos objetivos a serem atingidos. O próximo passo será a apresentação da Metodologia e os métodos para o bom direcionamento da pesquisa, de modo que, mais adiante, na análise dos dados, se possam apresentar resultados coerentes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza por ser exploratória, descritiva e analítica sobre a gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural localizados na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, totalizando 10 (dez) equipamentos conforme publicações da Apeturr, Faepe (por meio de sua Comissão de Turismo Rural) e Sebrae-PE.

Para a coleta de dados, o estudo se valeu de dados primários e secundários. Os dados secundários foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica. Nessa fase, pretendeu-se abordar: o surgimento, a evolução e a situação atual do turismo, do turismo rural, sustentabilidade e turismo e o uso dos meios de gestão ambiental para o turismo.

Foi realizada também a pesquisa documental, com vistas a levantar e analisar as políticas e manuais para o desenvolvimento da atividade, tais como: Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas (BNB, 1999) encontrado no Anexo 1; Diretrizes para o desenvolvimento do turismo Rural (MinTur, 2003); ABNT-NBR 15401 (Meios de Hospedagem – sistema de gestão da sustentabilidade – Requisitos); Guia de Sustentabilidade: Meios de Hospedagem (Publicação do Santander).

Para coleta dos dados primários, foi levantado o quantitativo de equipamentos que atuam no turismo rural, chegando-se a 10 (dez) equipamentos de turismo rural localizados na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, a seguir listados: 1. Casa de Campo - Engenho de Lazer (Itambé); 2. Pousada Rural Engenho Cueirinha (Nazaré da Mata); 3. Engenho Iguape (Vicência). 4. Aparauá Ecoaventura (Ponta de Pedras-Goiana); 5. Engenho Jundiá (Vicência); 6. Engenho Uruaé (Condado); 7. Engenho Água Doce (Vicência); 8. Engenho Poço Comprido (Vicência); 9. Engenho São Bernardo (Chã de Capoeira-Paudalho); 10. Eco Resort Ruc (Carpina); A escolha desses equipamentos baseou-se nas informações dos seguintes órgãos: Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico, Faepe (comissão de turismo rural) e Sebrae-PE.

Nessa fase, que ocorreu entre os meses de fevereiro e março, foi possível identificar que os Engenhos São Bernardo (Chã de Capoeira-Paudalho) e o Eco Resort Ruc (Carpina) não estão mais oferecendo os serviços de turismo rural, em

virtude de mudanças operacionais, conforme informação dos proprietários. Também não foi possível obter informações *in loco* (com os responsáveis) do Engenho Poço Comprido – que hoje é propriedade da Usina Laranjeiras – e, apesar de ter sido restaurado recentemente, não vem oferecendo atividades de forma sistematizada (conforme detectado ao questionar os residentes próximos) e parece estar abandonado.

A pesquisa de campo dividiu-se em duas etapas. A primeira foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas (com proprietários, gestores e empregados dos equipamentos) aos 7 equipamentos que atuam na atividade. Para cada equipamento captaram-se informações sobre: 1. Histórico; 2. Tempo de instalação; 3. Tempo de construção; 4. Área de construção; 5. Tipo de edificação; 6. Atividades Desenvolvidas; 7. Tempo de funcionamento no turismo rural; 8. Evolução da oferta do serviço no turismo rural; 9. Taxa de ocupação média/períodos de alta e baixa-demanda; 10. Leitos/capacidade 11. Constituição como empresa; 12. Número de funcionários no turismo rural; 13. Práticas de gestão ambiental. As formas de registro utilizadas (com autorização de todos os entrevistados) foram gravação de voz e registro fotográfico. O período de realização da primeira fase da pesquisa de campo deu-se nos finais de semana, entre os meses de março e maio de 2013.

A segunda etapa da pesquisa de campo foi realizada nos meses de agosto e setembro (finais de semana), com aplicação de um formulário para identificar as categorias de impactos, conforme estabelecido pelo o Manual de Impactos Ambientais do Banco do Nordeste do Brasil (BNB - documento base). A escolha desse manual se deu em virtude do que foi exposto no referencial teórico, ou seja, a dificuldade de se estabelecer uma unicidade conceitual para o levantamento de critérios e indicadores que levem ao desenvolvimento do turismo sustentável. Assim, foi utilizado esse material do BNB, por mostrar-se o mais próximo da realidade dos equipamentos em questão (uma vez que o Banco do Nordeste é a principal instituição de financiamento para atividade turística da região). Com o formulário buscou-se levantar as ações que causam impacto: 1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável; 2. Aumento da geração de resíduos sólidos; 3. Aumento da demanda de energia elétrica; 4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos; 5. Contaminação da água dos rios e mares, devido a esgotos não tratados; 6. Degradação da flora e fauna local, em virtude dos desmatamentos, caça e pesca

predatórias; 7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como camarão, caranguejo etc.; 8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.; 9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana; 10. Degradação da paisagem, em decorrência de construções inadequadas, principalmente edifícios os quais, por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas, podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.

A fase seguinte refere-se ao tratamento e análise, com base nas estatísticas descritivas, conforme Murteira (1993), com vistas a construir uma matriz de indicadores baseada nos estudos de Pires et. al. (2009) e Soares e Souza (2010). Essa matriz terá em seu eixo horizontal as ações causadoras de impacto (conforme descrito anteriormente) e, no seu eixo vertical, os indicadores de comprometimento ambiental, baseados e adaptados do Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da OMT (2003). Recorreu-se a uma adaptação da escala tipo Likert de cinco pontos, que é composta por variáveis numéricas contínuas, em escala de mensuração ordinal e que, de acordo com os princípios estatísticos, é baseada na construção de níveis de aceitação de produtos e serviços, conforme as experiências e influências sociais ao consumidor. Partindo desse pressuposto, atribuíram-se valores numéricos de 1 a 5, de modo a indicar a direção da atitude/percepção em relação a cada afirmação, no caso a cada categoria.

A escala Likert adaptada foi composta por variáveis numéricas de 1 a 5, a fim de mensurar o grau de sustentabilidade, na seguinte gradação: o número 1, o indicador mais depredador; 2, o indicador que apresenta baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação; 3, o indicador que apresenta sustentabilidade mediana a curto prazo; 4, o indicador que apresenta sustentabilidade mediana a médio prazo e, por fim, o 5, indicador que apresenta maior grau de sustentabilidade no longo prazo.

Buscou-se, assim, construir um quadro (matriz) que possibilitasse uma mensuração dos impactos ambientais (por meio do levantamento da média dos indicadores), para que fossem estabelecidos cinco possíveis cenários. Para a

definição desses cenários, utilizaram-se as premissas de Buarque (2003), em que os cenários, por serem baseados na tese do indeterminismo, não podem e nem pretendem eliminar a incerteza, prever o que vai acontecer e oferecer segurança e tranquilidade aos agentes econômicos. Entretanto, trabalha-se e se convive com a incerteza, já que os cenários representam análise e sistematização das diversas probabilidades dos eventos e dos processos, por meio da exploração dos pontos de mudança e das grandes tendências, de modo que as alternativas mais prováveis sejam antecipadas.

Além disso, ao se usar o aporte de Godet (1985 apud BUARQUE, 2003), aceitou-se que os cenários são configurações de imagens de futuro condicionadas e fundamentadas em jogos coerentes de hipóteses sobre os prováveis comportamentos das variáveis determinantes do objeto de planejamento. Ao se utilizar o aporte de Porter (2004), assume-se que os cenários são “visão internamente consistente da realidade futura, baseada em um conjunto de suposições plausíveis sobre as incertezas importantes que podem influenciar o objeto”. Por fim, também se admite o aporte de Van Der Heijden (1996 apud BUARQUE, 2003), acatando os cenários como um conjunto de futuros razoavelmente plausíveis, mas estruturalmente diferentes, sendo concebidos por meio de um processo de reflexão mais causal que probabilístico, sendo usado como meio para a reflexão e a formulação de estratégias. A fim de atuar nos modelos de futuros, e fazendo uma adaptação para a realidade do turismo e, especificamente, dos equipamentos pesquisados, chegou-se ao estabelecimento dos cinco possíveis cenários a seguir:

Cenário 1 – Quando não houve atendimento a nenhum princípio de sustentabilidade e o equipamento em funcionamento somente contribui para depredação;

Cenário 2 – Quando existe no equipamento em funcionamento um mínimo atendimento aos princípios de sustentabilidade, porém não se encontra controle, levando a um possível desgaste do ambiente e provocando, portanto, a depredação;

Cenário 3 – Quando existe no equipamento em funcionamento um grau mediano de atendimento aos princípios de sustentabilidade, porém, pelo controle deficiente, tende à depredação no curto prazo;

Cenário 4 – Quando existe no equipamento em funcionamento um atendimento aos princípios da sustentabilidade, porém, pela fragilidade do controle, somente se sustenta no médio prazo;

Cenário 5 – Quando existe no equipamento em funcionamento um atendimento aos princípios da sustentabilidade e, portanto, contribui para a sustentabilidade ao longo prazo.

Após esta exposição dos procedimentos metodológicos aplicados, seguem-se as informações sobre os dados levantados e acerca das análises procedidas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados encontrados na pesquisa de campo. Buscou-se atender aos objetivos específicos, por meio de: Caracterização da oferta dos equipamentos para a prática do turismo rural na Zona da Mata de Pernambuco; Identificação dos aspectos relativos à gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural; Levantamento dos documentos oficiais que indicam as formas de implantação e operação dos equipamentos de turismo rural com vistas à questão ambiental; e Investigação do grau de adoção, pelos equipamentos, aos programas de gestão ambiental.

Também são apresentados os quadros que apontam os indicadores de sustentabilidade dos equipamentos, além de estabelecer um quadro geral, de modo apontar um cenário diante do que foi encontrado.

Como forma de localizar os engenhos, de maneira visualmente mais fácil, utilizou-se o mapa do turismo rural, proposto pela APETURR.

Figura 1 - Mapa do Turismo Rural e Ecológico de Pernambuco



Fonte: APETURR, 2013.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

No quadro 2 – elaborado com base nas entrevistas semiestruturadas aplicadas aos proprietários ou gestores dos equipamentos –, demonstra-se, de forma

resumida, o resultado das entrevistas realizadas durante a primeira fase da pesquisa de campo.

Quadro 2 - Panorama Geral dos Engenhos Pesquisados

Categories/ Equipamentos	Casa de Campo	Cueirinha	Iguape	Aparauá	Jundiá	Uruaé	Água Doce
Histórico	Nos princípios da produção canavieira do estado de Pernambuco	Terras pertencentes à família desde, a década de 1930.	Engenho do Século XIX, cuja casa-sede ainda se mantém com sua construção original.	Engenho produtor de cana-de-açúcar com mais de 1800 hectares de produção, durante o período áureo.	Datado do século XIX com casa-sede (1900), moita (que data de 1817) e casa de pugar preservada.	Datado do século XVII	Datado do século XIX
Tempo de Instalação (construção)	300 anos do engenho; 50 anos da casa-sede; 8 anos, os 4 apartamentos; 6 anos, os 11 chalés e 1 ano, o chalé máster	80 anos, a casa-sede; 8 anos, os chalés	130 anos, a casa-grande	100 anos, a propriedade e casa-sede; 9 anos da área para turismo rural	Quase 200 anos, a moita, e 110 anos a casa-sede.	200 anos	100 anos
Área total/Área de Construção	600 hectares 200 m2 a casa-sede; 16m2 cada apartamento	9,4 hectares 1000 m2, a casa-sede; 10 chalés de 40 m2; 1 restaurante com 150 m2; 1 capela com 80 m2	4 hectares Casa-sede com 500 m2	340 hectares Área de convivência (restaurante, terraço, sala de eventos) totalizam 800m2	500 hectares Casa-sede com 300 m2	Não informado. As terras estão arrendadas à Usina Laranjeiras; Casa-sede com 1000 m2	260 hectares Casa-sede com 300 m2 e cachaçaria com 2000m2
Tipo de Edificação	Alvenaria	Alvenaria	Alvenaria	Alvenaria	Alvenaria	Alvenaria	Alvenaria
Atividades desenvolvidas	Agropecuária (gado, cana-de-açúcar, mandioca, produção de rapadura e derivados) Turismo rural	Turismo rural	Turismo rural	Côco e cana-de-açúcar; Turismo pedagógico Turismo rural	Turismo rural Turismo pedagógico	Agropecuária Turismo rural Turismo Pedagógico	Agropecuária Turismo rural Cachaçaria
Tempo de funcionamento com turismo rural	12 anos	11 anos	11 anos	9 anos	11 anos	10 anos	11 anos
Evolução da Oferta de Serviço no turismo rural	Day-use (nos dois primeiros anos) Hospedagem	Day-use e Hospedagem desde o início	Day-use e hospedagem desde o início	Day-use	Day-use	Day-use	Visitação à cachaçaria
Taxa de Ocupação	90 a 100% nas férias de janeiro e julho e feriados.	100% nas férias de	90% nas férias de	80 a 100% no período	60 a 80% no período	60% no período	80 a 100% no período escolar;

	20 a 40% nos demais períodos	janeiro e julho e feriados. 20 a 30% nos demais períodos	janeiro e julho e feriados. 20% nos demais períodos	escolar; 80% nos feriados 40% nos demais períodos	escolar; 20% nos demais períodos	escolar; 20% nos demais períodos	80% nos feriados 50% nos demais períodos
--	------------------------------	--	---	---	----------------------------------	----------------------------------	--

continua ...

Quadro 2 - continuação

Leitos/ capacidade	4 apartamentos (com capacidade para até 3 pessoas); 9 chalés, com capacidade até 5 pessoas; 3 chalés com capacidade para até 8 pessoas; 1 chalé master .	10 chalés, com capacidade para receber até 4 pessoas por chalé	3 quartos com capacidade para até 17 pessoas	Até 100 pessoas por dia	Até 80 pessoas por dia	Até 30 pessoas por dia	Até 150 pessoas por dia
Constituição como empresa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não informado	Sim
Número de funcionários	17	3	1	8	3	3	6 (na cachaçaria)
Práticas de Gestão ambiental	Conscientização com os hóspedes; Eventos (seminário sobre meio ambiente e turismo); Ações de separação de resíduos; Reaproveitamento da água; Coibição da caça; Coibição da derrubada da mata.	Ações de separação de resíduos; Coibição da caça; Coibição da derrubada da mata.	Ações de separação de resíduos; Coibição da caça; Coibição da derrubada da mata.	Ações de separação de resíduos/ educação ambiental com a comunidade quilombola vizinha à propriedade; Coibição da caça; Coibição da derrubada da mata.	Ações de separação de resíduos; Coibição da caça; Coibição da derrubada da mata.	Ações de separação de resíduos.	Ações de separação de resíduos; Sistema de plantio atendendo às normas de agricultura orgânica; Reaproveitamento do bagaço da cana como combustível; Reaproveitamento da vinhaça como adubo; Coibição da caça; Coibição da derrubada da mata.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Como se visualiza no quadro 02, os equipamentos são originados dos antigos engenhos de cana-de-açúcar, mantendo as atividades agropecuárias e buscando incrementar a renda por meio do turismo rural, constituindo-se, para tanto, como empresa (à exceção do Uruaé, que não respondeu). Com relação ao tamanho das

propriedades, verifica-se que há uma variação bastante ampla, uma vez que tem o Iguape com 4 hectares de área e o Aparauá com 600 hectares de área, além de se diferenciarem no tamanho dos equipamentos em si para a prática efetiva do turismo rural. Verifica-se que, em 4 dos 7 equipamentos, são realizadas atividades agropecuárias, em paralelo ao turismo rural e o pedagógico. Vale ressaltar que a prática do turismo pedagógico foi um elemento encontrado na pesquisa de campo e que, a partir dessa modalidade, enveredou-se para o turismo rural. Seis equipamentos começaram as atividades com o serviço de *Day-use*³ e três deles depois passaram a oferecer a hospedagem.

A taxa média de visitantes é bem diferenciada, desde as mais baixas apresentadas (Uruaé) com 20% e 60% (período de baixa e alta visitação respectivamente), variando até a Casa de Campo, Aparauá e Cueirinha, com médias de 100% nos períodos de maior visitação e de 20% a 40% nos períodos de menor visitação. Quando se observa a quantidade de empregados, nota-se uma diferença entre o Casa de Campo e os demais. Quando questionados sobre as práticas de gestão ambiental, observou-se que há uma preocupação unânime com o ambiente natural, principalmente com a coibição da caça e da pesca, queimadas, além da separação dos resíduos.

Diante da diversidade encontrada na pesquisa de campo, pode-se comprovar o que foi abordado por Cavaco (2001), entendendo-se o turismo rural como uma tipologia do turismo no ambiente natural e que pode vir a ser uma atividade sustentável em áreas rurais produtivas as quais oferecem diversos tipos de serviços turísticos, além de proporcionar aos visitantes contatos físicos com diversas áreas naturais, desprendendo-se do cotidiano frenético das cidades. Corrobora também o conceito apontado pelo Ministério do Turismo, quando define que o turismo rural é “um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo” (MINTUR, 2003).

³ *Day-use* – termo utilizado na hotelaria pelos serviços sem geração de pernoite, podendo ser aplicável às atividades de lazer e entretenimento.

4.2 ENGENHO ANGICOS - CASA DE CAMPO ENGENHO DE LAZER

O Engenho Angicos começou suas atividades há 300 anos, juntamente com o ciclo canavieiro da região, e as terras estão na mesma família desde então (no caso do proprietário). O Engenho Angicos vivenciou todo o ciclo canavieiro (desde o apogeu até a crise, com o surgimento das usinas no final século XIX) e atualmente encontra-se em sérios problemas, especificamente nesse ano de 2013, em face da seca que atinge toda a região. Na figura 2 apresenta-se a fachada do equipamento.

Figura 2 - Fachada Principal da Casa de Campo.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

O engenho continua a desenvolver atividades agropecuárias com plantio de cana-de-açúcar para venda, criação de gado, fabricação de rapadura e derivados, além da produção de farinha de mandioca. Conforme informações coletadas, são 600 hectares de área de reserva legal (de fauna e flora, além de lagoas). A inserção no turismo rural deu-se em virtude da vontade dos proprietários, que já atuavam no setor de serviços com uma marina e restaurante na praia de Pontas de Pedras (Goiana). Foi em 2001, por meio do incentivo de uma operadora de turismo de São Paulo (que já conhecia os proprietários, desde a época da marina e do restaurante em Pontas de Pedras), que estava à procura de um local para a realização de um encontro de um grupo da terceira idade. O evento foi realizado com a participação de 300 pessoas e após essa experiência bem sucedida, os proprietários resolveram abrir a propriedade para *Day-use*, sendo que no período de dois anos realizaram apenas esse tipo de atividade. Durante esse tempo, os proprietários participaram dos seminários e cursos promovidos pela Empetur e Sebrae.

Em 2003 adaptaram 4 apartamentos da casa-sede, para receberem hóspedes e assim ampliaram a oferta de atividades, possibilitando o pernoite.

Dois anos depois inauguraram os chalés e, no ano passado (2012), o chalé master (voltado para casais em núpcias ou lua de mel). A seguir, apresenta-se a figura 3, que mostra o primeiro pavilhão de chalés.

Figura 3 - Primeiro Pavilhão de Chalés Casa de Campo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

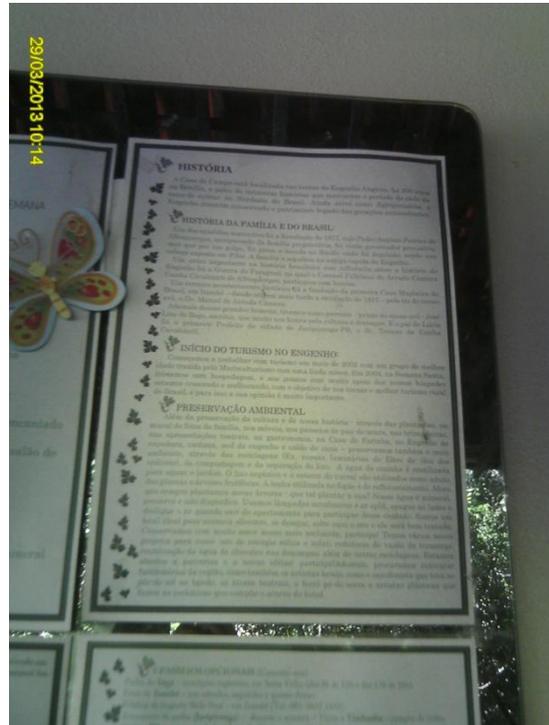
Ao serem questionados sobre a gestão ambiental no empreendimento, os entrevistados fizeram questão de enfatizar o compromisso com a preservação do meio natural, que, segundo eles, ocorre por meio das seguintes práticas: palestras aos hóspedes sobre os cuidados com o local (fauna, flora, recursos hídricos); separação do lixo; utilização do uso das águas provenientes do banho e lavagem de mãos e louças para a horta; proibição da caça e pesca na localidade, inclusive com atividades de conscientização da população das cercanias; e há também uma intensa coibição da derrubada de árvores das matas. Os proprietários afirmaram que em virtude dos problemas sociais enfrentados na localidade, o uso da madeira das matas, bem como a caça, são atividades de subsistência de muitos moradores da cercania. Portanto, são atividades de difícil coibição.

Ainda durante a pesquisa, foi evidenciado, por parte dos proprietários, que o poder público, principalmente a gestão municipal, não realiza ações que possam mitigar os problemas sociais e, muito menos, o desenvolvimento do turismo na região, especificamente na cidade de Itambé.

Pode-se visualizar (conforme a figura 4) que há uma preocupação em se transmitirem, aos hóspedes, os cuidados que devem ter com o ambiente natural

Porém, ainda não há uma sistematização que possa caracterizar elementos da presença de gestão ambiental na empresa.

Figura 4 - Informativo aos hóspedes da Casa de Campo



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Após realização da entrevista com os proprietários a segunda parte da pesquisa buscou levantar as categorias que indicam a sustentabilidade do local (conforme especificado na metodologia) e assim constitui-se quadro 03.

Quadro 3 - Categorias e Indicadores da Casa de Campo

Categoria/Indicador	I 1	I 2	I 3	I 4	I 5
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.		2			
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.		2			
3. Aumento da demanda de energia elétrica.		2			
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.		2			
5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.					5

6. Degradação da flora de fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias.				4	
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.					5
8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.					5
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.					5
10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que, por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas, podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.					5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Legenda

I1 – depredador

I2 - baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação

I3 - sustentabilidade mediana (curto prazo)

I4 - sustentabilidade mediana (médio prazo)

I5 - sustentabilidade alta no longo prazo

Ao se analisar o quadro 3, fica evidenciado que, das 10 (dez) categorias verificadas, há uma predominância do indicador 5 (cinco) que, no caso, aponta para uma sustentabilidade alta no longo prazo. Cabe ainda inferir que 4 (quatro) categorias indicaram baixa sustentabilidade, com possibilidade de depredação, uma vez que a categoria 1 – sobre aumento da utilização de água potável numa região caracterizada pela escassez desse elemento – é um ponto bastante preocupante, quando se pensa a longo prazo. Ao se constatarem as categorias 2, 3 e 4, em particular o indicador 2, percebe-se um aspecto a ser trabalhado com vistas ao alcance da sustentabilidade. De modo geral, é visível a necessidade de se buscar um maior equilíbrio entre as ações realizadas na propriedade, de modo a promover a sustentabilidade.

4.3 ENGENHO CUEIRINHA

O Engenho Cueirinha se denomina como Pousada Rural e iniciou suas atividades produtivas na década de 1930, assim como os outros da região, com plantação de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas da região. Com o declínio da atividade, a família dos proprietários passou a fazer da propriedade a casa de campo. Na década de 1980, os atuais proprietários foram residir na propriedade e, com o crescimento dos filhos (principalmente para o ingresso nas faculdades), despertaram para atividade do turismo rural, como forma de preencher os aposentos, por ora vazios. Com o apoio de familiares e amigos, a primeira atividade, enquanto equipamento do turismo rural, aconteceu no ano de 2002, com um evento no período junino (para 25 professores da UFPE). As primeiras instalações foram na própria casa-grande (que ocupa uma área de mil metros quadrados), com a adaptação dos seis quartos da casa-sede para a recepção dos hóspedes. A figura 5 mostra a fachada principal do Engenho Cueirinha.

Figura 5 - Casa-Sede Cueirinha



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Logo após a primeira atividade, foi construído o restaurante e a cozinha, visando atender exclusivamente aos visitantes e hóspedes, mas durante os anos seguintes a área foi utilizada também para atividades de *coffee-break* e cursos, conforme pode ser visualizado na figura 6, a seguir:

Figura 6 - Restaurante Cueirinha

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Há oito anos começaram a ampliação da área de hospedagem, com a construção de dez (10) chalés, dos quais 6 (seis) estão em pleno funcionamento. Os chalés acomodam até cinco (5) pessoas. E três (3) quartos da casa-sede ainda funcionam para a hospedagem.

Ao ser questionada com relação à gestão ambiental, a proprietária falou das ações de separação dos resíduos e destinação a uma cooperativa da cidade de Bueno Aires-PE. Relatou ainda sobre a conscientização dos funcionários (os 3 fixos e os que são contratados, quando há necessidade nos períodos de Carnaval e São João), principalmente no uso da água (no caso, é de poço profundo). O padrão construtivo adotado segue a rusticidade do ambiente rural. Há ainda uma preocupação para evitar a caça e a derrubada das árvores. Também foi mencionado pela proprietária que não há planos para expansão, tendo em vista que a vocação do lugar é ser mesmo uma “pousada” rural que sirva para o hóspede/visitante se desligar das atribulações da vida urbana, fato esse comprovado por muitos dos hóspedes que deixam seus comentários no livro de assinaturas, referindo-se à tranquilidade que o lugar proporciona ao visitante.

Quadro 4 - Categorias e Indicadores do Cueirinha

Categoria/Indicador	I 1	I 2	I 3	I 4	I 5
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.			3		
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.			3		

3. Aumento da demanda de energia elétrica.				3		
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.				3		
5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.					4	
6. Degradação da flora e fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias.					4	
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.						5
8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.						5
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.						5
10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.					4	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Legenda

I1 – depredador

I2 - baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação

I3 - sustentabilidade mediana (curto prazo)

I4 - sustentabilidade mediana (médio prazo)

I5 - sustentabilidade alta no longo prazo

A análise do quadro 4, referente às categorias verificadas no Engenho Cueirinha Pousada Rural, indica uma predominância para a sustentabilidade a curto prazo, uma vez que as categorias de 1 a 4 obtiveram indicador 3. Isso revela uma preocupação, principalmente em virtude do aumento do uso de água numa região com carência desse recurso. Infere-se que há uma tendência à sustentabilidade, a médio e longo prazo, já que, das categorias de 5 a 10, os indicadores alcançados são 4 e 5. Os elementos positivos desses indicadores são demonstrados nas categorias 5, 6 e 7, pelas quais se pode inferir que há uma preocupação em manter a área com baixos elementos agressores ao ambiente.

4.4 ENGENHO IGUAPE

O Engenho Iguape está na família desde 1884 e acredita-se ser um desmembramento do Engenho Poço Comprido, que também pertencia à família. O engenho, nas primeiras décadas dos anos de 1900, foi sede de muitas reuniões da política nacional, considerando-se que o bisavô do proprietário foi deputado da recém-instituída república.

Assim como as outras propriedades rurais da Zona da Mata Norte de Pernambuco, o Engenho Iguape também foi produtor de cana-de-açúcar e chegou a produzir açúcar, mel-de-engenho e cachaça durante os tempos áureos da cultura canavieira. Em conjunto com a cana-de-açúcar também houve a produção de café. Pode-se visualizar na figura 7 o bom estado de conservação do equipamento.

Figura 7 - Alpendre Engenho Iguape



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Até a década de 1960, o engenho mantinha-se produtivo, entretanto também passou por decadência, principalmente por falta de sucessores.

O início no turismo rural se deu após o atual proprietário ter herdado o engenho na segunda metade da década de 1990. No início dos anos 2000, foi incentivado pela então prefeita de Vicência, Eva de Andrade, cujo objetivo era que o Engenho Iguape realizasse em suas dependências um seminário Regional do Banco do Nordeste em 1999, visto que a cidade de Vicência não dispunha de local para a realização do evento. E então foi proposto que o proprietário disponibilizasse a casa-sede para abrigar os 15 participantes do seminário.

Após esse pontapé inicial, e com a aposentadoria do proprietário (funcionário público), este visualizou a possibilidade de fazer do turismo rural uma atividade produtiva, considerando, principalmente, a ausência de equipamento que permitisse receber visitantes. Durante a gestão da prefeita Eva de Andrade vários eventos foram realizados nas dependências do engenho.

O proprietário buscou, então, as principais editorias de turismo (Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco) e apresentou a história dos engenhos da cidade de Vicência. Desse modo, despertou a curiosidade dos jornalistas do Jornal do Commercio os quais dedicaram duas páginas do jornal (caderno de Turismo) ao Iguape e aos outros engenhos da localidade (Poço Comprido, Jundiá), bem como às tradições culturais e históricas da localidade. Promoveu-se, portanto, um aumento da procura por parte de visitantes que, conjuntamente com a propaganda dos que frequentavam, passaram a recomendar o Iguape. O local remete o visitante ao passado, mantendo os móveis de época e alguns utensílios, conforme se pode ver na figura 8.

Figura 8 - Sala de Jantar do Iguape



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Quando questionado a respeito da existência de ações de gestão ambiental, o proprietário falou que há um cuidado em separar os resíduos e disponibilizar para os catadores da localidade, bem como a preocupação em utilizar produtos locais (principalmente os hortifrutigranjeiros).

Informou, ainda, que a maioria dos produtos é comprada nos mercadinhos locais (fato esse comprovado pela pesquisadora, que acompanhou o proprietário a

um mercadinho da redondeza). Outra ação que foi bastante enfatizada refere-se à preocupação em evitar o desmatamento e a caça.

O proprietário afirmou, por várias vezes, que, desde a sua instalação definitiva no engenho (anos 2000), não permitiu que nenhuma árvore ou arbusto fosse derrubado, argumentando que a área já tinha sido bastante degradada na época do plantio do café (que chegou a ter o maior “sequeiro” para café do estado, ocupando uma área de mais de 800 m²) e da cana-de-açúcar, fato que o incomodava desde criança, quando morava no engenho (décadas de 1940 e 1950).

Vale ressaltar que, após o declínio da cafeicultura e da cana-de-açúcar, introduziu-se a cultura da bananeira (bem disseminada na região até hoje), o que também contribuiu para o desmatamento. Assim, quando retomou a casa-sede, o proprietário se preocupou em deixar que a mata se reconstituísse naturalmente. A seguir apresenta-se o quadro 5, com as categorias e indicadores de sustentabilidade verificados no Iguape.

Quadro 5 - Categorias e Indicadores do Iguape

Categoria/Indicador	I 1	I 2	I 3	I 4	I 5
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.				4	
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.				4	
3. Aumento da demanda de energia elétrica.				4	
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.			3		
5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.				4	
6. Degradação da flora e fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias.				4	
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.					5
8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.					5
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.					5

10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.					5
--	--	--	--	--	---

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Legenda

I1 – depredador

I2 - baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação

I3 - sustentabilidade mediana (curto prazo)

I4 - sustentabilidade mediana (médio prazo)

I5 - sustentabilidade alta no longo prazo

Na análise do quadro 5, evidencia-se que, das 10 (dez) categorias verificadas, há uma predominância dos indicadores 5 (cinco) e 4 (quatro) que, no caso, apontam para uma sustentabilidade mediana e alta em médio e longo prazos. Ainda que não haja uma política de gestão ambiental declarada, observou que existe uma preocupação com a sustentabilidade, mesmo que empírica, por parte do proprietário.

4.5 APARAUÁ ECO-AVENTURA

Originado do antigo Engenho Massaranduba do Norte (340 hectares), que foi desmembrado do Engenho Massaranduba (1890 hectares), foi datado do início do século XX e está na família desde então. Sua história é parecida com tantos outros da região, que vivenciaram o auge da produção açucareira. Atualmente são 110 hectares de reserva permanente de mata, além de 3 lagoas perenes. Na figura 9, pode-se ver a placa de entrada do equipamento.

Figura 9 - Entrada do Aparauá

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A atual proprietária falou que o início da atividade do turismo (em 2004) também se deu como nas demais propriedades, ou seja, por conta do custo em se manter os antigos engenhos de cana-de-açúcar (com declínio da atividade açucareira), surgiu a necessidade de se desenvolver uma atividade que pudesse tornar a propriedade novamente rentável.

O começo na atividade do turismo foi com atendimento às escolas (o chamado turismo pedagógico), com abertura apenas de segunda a sexta. Somente a partir de 2006 é que a proprietária abriu o engenho de segunda a domingo, mantendo o turismo pedagógico, mas com foco também no turismo rural.

A proprietária enfatizou o papel importante do Sebrae-PE e da Empetur (conforme já mencionado na introdução deste trabalho) e da APETURR (a proprietária é sócia-fundadora da associação, onde ela se reestruturou para, somente em 2004, abrir a propriedade). Há projetos para implantação de uma pousada-rural e também de equipamentos para o desenvolvimento do turismo de aventura (tirolesa, rapel, escalada e arvorismo) com previsão para 2015, ressaltando que estão atendendo a todos os requisitos legais e ambientais para as instalações.

Quando questionada sobre a gestão ambiental, a proprietária enfatizou toda a preocupação com a sustentabilidade, desde o material usado para a construção do equipamento até o cardápio que é servido ao visitante (os insumos são comprados da comunidade quilombola do entorno). Todos os 14 empregados são oriundos da localidade. A figura 10 apresenta a área de convivência do equipamento.

Figura 10 - Área de Convivência do Aparauá

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A proprietária descreve outras ações que buscam a sustentabilidade: separação dos resíduos, compostagem, o não uso de embalagens de plástico (as bebidas são acondicionadas em garrafa de vidro ou em latas de alumínio), há uma equipe de funcionários permanente para recolher os resíduos que, porventura, sejam deixados nas trilhas.

Há ainda todo um trabalho com os estudantes e visitantes por meio de palestras sobre a importância dos cuidados com a natureza. Também se busca adquirir todos os insumos nos mercadinhos locais (exceto a carne bovina e os destilados). Também foi mencionado que há uma preocupação com a comunidade quilombola do entorno, por intermédio de cursos de capacitação para evitar a caça e a pesca, bem como a derrubada das árvores para o uso de lenha pela comunidade, problema bem constante na propriedade e bastante combatido, inclusive com a presença de vigias por 24h e 7 dias na semana. No quadro 6, são apresentados as categorias e indicadores de sustentabilidade do equipamento.

Quadro 6 - Categorias e Indicadores do Aparauá

Categoria/Indicador	I 1	I 2	I 3	I 4	I 5
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.			3		
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.			3		
3. Aumento da demanda de energia elétrica.			3		
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.			3		

5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.					4	
6. Degradação da flora de fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias					4	
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.						5
8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.						5
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.						5
10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.						5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Legenda

I1 – depredador

I2 - baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação

I3 - sustentabilidade mediana (curto prazo)

I4 - sustentabilidade mediana (médio prazo)

I5 - sustentabilidade alta no longo prazo

Na análise do quadro 6, fica evidenciado que, das 10 (dez) categorias verificadas, há um equilíbrio entre os indicadores 3 (três) e 5 (cinco), variando entre a sustentabilidade mediana a curto prazo e a sustentabilidade alta no longo prazo.

As categorias de 1 a 4 obtiveram indicador 3, ao que, novamente, remete-se a preocupação com o uso da água numa área que sofre com a estiagem, além do aumento do tráfego de veículos numa área natural. Verifica-se a necessidade de se buscar um maior equilíbrio entre as ações realizadas na propriedade, na perspectiva de atingir um melhor desenvolvimento do turismo sustentável.

4.6 ENGENHO JUNDIÁ

A propriedade está na família desde 1879, porém a moenda do engenho data de 1817, uma vez que produção de açucareira já era desenvolvida desde então. A casa-sede é de 1900 e está bastante preservada, com a manutenção de todo o mobiliário da época (os móveis são ingleses). Há também a casa de purgar em bom estado de preservação. O Jundiá ainda mantém suas atividades produtivas como criação de bovinos, ovinos, plantação de bananeiras e de cana-de-açúcar. Na figura 11 abaixo, mostra-se a fachada do equipamento.

Figura 11 - Casa-grande e Capela Jundiá



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

O início no turismo rural se deveu ao fato de a família sempre receber visitantes na propriedade. Em virtude da saída dos filhos para estudarem na capital do estado e com o aumento da frequência de amigos que sempre solicitavam uma visita à propriedade para que as “crianças” pudessem passar as férias. Além disso, uma das filhas dos proprietários recebeu amigos que moravam em outros países e, dessa forma, foram despertados para o turismo.

Figura 12 - Sala de Visitas Jundiá



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Com o incentivo dos filhos e da prefeita da cidade de Vicência à época (Sra. Eva Andrade), começaram a abrir a propriedade para receberem escolas da localidade e de cidades próximas e, depois, para as escolas e faculdades de todo o estado e também da Paraíba.

Iniciaram com turismo pedagógico e, em seguida, desenvolveram o turismo rural. Há também o uso das terras da propriedade para o pouso de asas-delta e parapentes (atividade realizada por empresas que não têm nenhuma ligação com os proprietários). Percebeu-se na visita que há muita preocupação com a preservação histórica e ambiental.

As práticas de gestão ambiental realizadas pelos proprietários vão desde a proibição da caça e da derrubada da mata até a realização de palestras de educação ambiental destinadas a alunos das escolas e faculdades. Os proprietários também fazem uso de insumos locais para a preparação dos pratos servidos aos visitantes e realizam separação dos resíduos.

Além disso, aos moradores locais são oferecidos diversos cursos de capacitação: culinária, artesanato (na ocasião da visita um grupo de adolescentes estava em aula com uma artesã local que faz peças com palha). Os maiores desafios enfrentados pelos proprietários, nas palavras deles, relacionam-se à falta de incentivo à educação da comunidade e à ausência de programas de capacitação permanente, como forma de possibilitar um melhor entendimento das questões do turismo e também dos cuidados com a preservação ambiental.

Figura 13 - Vista da Serra do Jundiá

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Na figura 13 mostra-se a vista da Serra do Jundiá, de onde são feitos os voos de asa-delta e parapente. Os proprietários enfatizaram que não há nenhum envolvimento do Engenho Jundiá nessa atividade de esportes radicais.

O quadro 7 apresenta os indicadores do equipamento.

Quadro 7 - Categorias e Indicadores do Jundiá

Categoria/Indicador	I 1	I 2	I 3	I 4	I 5
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.				4	
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.				4	
3. Aumento da demanda de energia elétrica.				4	
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.				4	
5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.				4	
6. Degradação da flora de fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias.				4	
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.					5

8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.					5
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.					5
10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.					5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Legenda

I1 – depredador

I2 - baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação

I3 - sustentabilidade mediana (curto prazo)

I4 - sustentabilidade mediana (médio prazo)

I5 - sustentabilidade alta no longo prazo

A análise do quadro 7, referente às categorias verificadas no Engenho Jundiá, indicam uma predominância do indicador 4, em 7 (sete) das 10 (dez) categorias, tendendo assim para uma sustentabilidade mediana no médio prazo, além de que nas outras três categoria há uma tendência para a sustentabilidade alta no longo prazo.

4.7 ENGENHO URUAÉ

O Engenho Uruaé está em sua sétima geração familiar de proprietários e suas instalações datam do século XVII (o conjunto completo: moenda, casa-grande, senzala e capela). Segundo os proprietários atuais (além de comprovações históricas), foi um dos primeiros engenhos do Brasil a libertar os escravos, antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Na figura 14, podem ser visualizadas a fachada e a capela do engenho.

Figura 14 - Casa-grande e capela Uruaé



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

O conjunto arquitetônico é bem conservado e possui a maior parte do mobiliário ainda dos séculos XVIII e XIX. A casa-grande ocupa uma área de quase mil metros quadrados (com dois pavimentos), sendo que a capela é ligada a casa-grande. Um elemento construtivo destoante é uma piscina (ver figura 15), construída logo à frente da casa-grande. O argumento dos proprietários é que a piscina foi construída, porque não existe o menor interesse em tombar o patrimônio. Mencionaram também que, como não há o interesse das novas gerações em se dedicar ao engenho, é possível que tudo desapareça em menos de 20 anos. Na figura 15, visualiza-se a intervenção no patrimônio histórico com a construção da piscina, destoando assim da paisagem.

Figura 15 - Vista da Piscina Uruaé



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A atividade do turismo rural no Engenho Uruaé efetivou-se em virtude dos muitos pedidos de visitação feitos pelas escolas da região, tendo como início a atividade do turismo pedagógico há aproximadamente 10 anos, aliado à possibilidade de geração de renda, uma vez que as terras foram arrendadas   usina laranjeiras e, apesar disso, havia custos de manutenção do engenho, sendo necessário buscar formas de honrar as despesas. O turismo rural surgiu, então, como uma oportunidade de se ampliar a fonte de receita.

As adaptações realizadas para a prática do turismo rural constam da construção de uma ala de hospedagem que, há dois anos, foi desativada, de modo que a atividade consiste apenas no *Day-use*. A abertura do engenho para o turismo rural levantou muita pol mica na época (2002/2003), pois os proprietários quiseram tornar bem real para os visitantes a experiência de se viver num engenho na época da escravidão, e assim contrataram empregados (negros) para fazerem o papel de escravos e mucamas.

Depois de receberem muitas críticas, os proprietários resolveram encerrar a experiência e mantiveram apenas a visitação. Os motivos alegados para a interrupção da hospedagem foi a baixa taxa de visitação, além do que, hoje, os atuais proprietários não se motivam mais para investir (alegam que já passaram dos 70 anos). O  nico esforço é por parte da cunhada (casada com um dos herdeiros-proprietários), mas, devido aos problemas de saúde enfrentados, não mais consegue fazer nenhuma atividade de divulgação da propriedade.

Figura 16 - Ala de Hospedagem



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Ao serem questionados sobre as ações de gestão ambiental, responderam que, apesar de terem o cuidado em separar os resíduos, não há, por parte da cidade de Condado (o engenho antes pertencia às terras de Goiana; porém, com a emancipação da Cidade de Condado, as terras do engenho passaram a pertencer então a essa cidade) nenhuma coleta seletiva é realizada. Revelaram, ainda, que não há mais força física dos atuais proprietários em empreender mais nenhuma atividade.

Durante toda a entrevista, ficou evidenciada uma total falta de esperança para com o futuro da atividade bem como o futuro do próprio engenho, que por diversas vezes falou-se que não veem pelas próximas gerações nenhum interesse em manter as tradições.

Quadro 8 - Categorias e Indicadores do Engenho Uruaé

Categoria/Indicador	I 1	I 2	I 3	I 4	I 5
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.				4	
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.				4	
3. Aumento da demanda de energia elétrica.				4	
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.				4	
5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.					5
6. Degradação da flora de fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias.				4	
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.					5
8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.				4	
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.					5
10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.		2			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

Legenda

- I1 – depredador
- I2 - baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação
- I3 - sustentabilidade mediana (curto prazo)
- I4 - sustentabilidade mediana (médio prazo)
- I5 - sustentabilidade alta no longo prazo

A análise do quadro 8, referente às categorias verificadas no Engenho Uruaé, apontam para uma predominância do indicador 4, em 6 (seis) das 10 (dez) categorias, tendendo assim para uma sustentabilidade mediana no médio prazo, além de que nas outras três categorias há uma tendência à sustentabilidade alta no longo prazo. O único elemento destoante do ponto de vista da sustentabilidade foi a construção da piscina, isso porque, além de não seguir os padrões arquitetônicos, há um gasto desnecessário do uso das águas numa localidade que está vivenciando problemas decorrentes da estiagem.

4.8 ENGENHO E CACHAÇARIA ÁGUA DOCE

O Engenho e Cachaçaria Água Doce está com a família há mais de 200 anos e já produziu açúcar bruto, rapadura, cachaça e mel de engenho durante seu tempo áureo, que foi encerrado em 1958, visto que toda a produção da cana-de-açúcar passou a ser destinada às usinas que começaram a operar na região.

Somente em 2002, por incentivo do Sebrae, os proprietários começaram a despertar para a atividade do turismo, reativando, nesse período, a produção da cachaça e, em 2006, a de licores. O gerente reconheceu o fundamental apoio das universidades federais (UFPE, UFRPE) para a retomada da atividade de produção da cachaça e na consequente abertura das instalações para as visitas, que ocorrem diariamente. A visitação inclui todo o processo produtivo da cachaça, terminando a atividade com degustação. A atividade é restrita à cachaçaria, e os visitantes não têm acesso à casa-sede, por se tratar de residência permanente dos donos e também por ter sofrido muitas reformas, o que ocasionou uma descaracterização arquitetônica bastante evidenciada.

Figura 17- Casa-Sede Engenho/Cachaçaria Água Doce



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A presença de visitantes é constante, principalmente de estudantes das faculdades de todo o estado e também da Paraíba, além dos vários visitantes que passam na rodovia de acesso logo à frente do equipamento.

Com relação às práticas da gestão ambiental, foi relatado que existe preocupação com os resíduos, e também com a proibição de qualquer derrubada de mata. O entrevistado disse que a cana é colhida crua (sem queima) e que todo o processo de geração de energia para a queima do caldo-da-cana é proveniente do bagaço da cana. Ademais, a vinhaça estocada após o término do processo é misturada com esterco de gado e com o bagaço de cana, transformando-se em composto orgânico para adubação da cana. O gerente mencionou também que é realizado o controle biológico das pragas, para que não seja necessário o uso de agrotóxicos. Na figura 18 expõe-se o alambique, componente do processo de produção da cachaça.

Figura 18 - Alambique da Cachaça Água Doce

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

O entrevistado falou ainda que os proprietários já estão na terceira etapa para obtenção do selo do Inmetro para produção de cachaça orgânica e que, por isso, mantêm toda a preocupação com processo produtivo, a fim de que seja o mais natural possível. Ele próprio, o gerente do engenho, já fez capacitações no Inmetro e nas universidades do estado de Pernambuco e de outros estados do país (Minas Gerais e São Paulo), sempre com o objetivo de trazer para o Engenho Água Doce as melhores práticas de produção de cachaça orgânica. No quadro 9 apresentam-se as categorias e indicadores de sustentabilidade do equipamento.

Quadro 9 - Categorias e Indicadores do Engenho Água Doce

Categoria/Indicador	I1	I2	I3	I4	I5
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.			3		
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.			3		
3. Aumento da demanda de energia elétrica.		2			
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.		2			
5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.				4	
6. Degradação da flora de fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias.				4	
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos					5

turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.					
8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.				4	
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.					5
10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.		2			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Legenda

I1 – depredador

I2 - baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação

I3 - sustentabilidade mediana (curto prazo)

I4 - sustentabilidade mediana (médio prazo)

I5 - sustentabilidade alta no longo prazo

A análise do quadro 9, no que se refere às categorias verificadas no Engenho/Cachaçaria Água Doce aponta para uma distribuição quase que equilibrada de indicadores os quais tendem à sustentabilidade mediana a curto e a médio prazo. Quanto aos indicadores com baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação, verificou-se na fala do entrevistado uma preocupação por parte dos proprietários e dos funcionários em mitigar as ações depredadoras, uma vez que a intenção é obter o selo de cachaça orgânica pelo Inmetro, garantindo assim uma sustentabilidade no longo prazo de operação da cachaçaria e venda dos produtos.

4.9 ANÁLISE GERAL

Conforme afirmado anteriormente, não se tem uma definição única que possa abranger todas as peculiaridades do turismo rural, uma vez que, em virtude da natureza da atividade e das diversas apresentações dos locais, da forma do serviço e dos equipamentos, não se consegue ainda reduzir a um conceito padrão.

Tal assertiva ficou evidenciada nas tantas particularidades encontradas nos sete equipamentos investigados, os quais, embora demonstrem acatar a prática do turismo rural em seu dia a dia produtivo, o realizam de forma bastante própria e individualizada. Porém, em todos eles foi possível se constatar o que afirmou Zimmmermann (2005), quando apresenta a seguinte definição para o turismo rural:

Segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com alojamento na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousada) nas quais o turista, participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas neste espaço, quer como lazer ou aprendizado. Deve ser incluída nesta modalidade a oferta de produtos naturais de origem local ou regional. Assim como a gastronomia típica e o conhecimento da cultura local (ZIRMMERMANN, 2005)

Ou seja, em 03 (três) dos 07 (sete) engenhos pesquisados ainda são realizadas atividades agropecuárias. A prática de lazer, aprendizado, contemplação, bem como a oferta da gastronomia local – seja na hospedagem, seja no *Day-use* – foi confirmada em seis equipamentos, exceto o Uruaé.

Os responsáveis pelos equipamentos fazem questão de valorizar a culinária local, ao disponibilizarem aos visitantes/ hóspedes uma variedade gastronômica típica dos engenhos pernambucanos.

Na busca pela comprovação de que o turismo, juntamente com outros segmentos produtivos, pode ocorrer de forma sustentável – pois a localidade com potencial para a atividade turística pode ser criada e recriada como valor de uso e também como valor de troca, sem que sua destruição seja materializada –, ficou evidenciado que os engenhos pernambucanos que realizam o turismo rural na Zona da Mata Norte do estado tendem a confirmar o que Yázigi (1996, p. 134) defende sobre o turismo: “O turismo, se bem conduzido pode promover a paisagem [...] a paisagem interessa antes aos habitantes locais e que só uma relação de estima deles com ela é que despertará o interesse dos turistas”.

Em todos os equipamentos ficou bastante nítida na fala dos entrevistados essa preocupação em promover a paisagem, que é tão presente na vida cotidiana dos empreendedores, dos residentes e empregados dos equipamentos.

E mesmo com as dificuldades inerente à atividade de prestação de serviços e do turismo (o fator sazonalidade foi universalmente apontado como um desafio a ser trabalhado), há um retorno gratificante quando visualizam nos hóspedes/visitantes o

depoimento de que aquele lugar os remeteu a um tempo perdido, a um lugar mágico, a uma paz (discursos comprovados, ao se analisarem os livros de registros dos hóspedes).⁴

Todos esses fatos registrados no percurso investigativo são corroborados na assertiva de Portuguez (2005):

[...] em termos ambientais, o turismo rural se vincula às estratégias de crescimento econômico com conservação ambiental, criando vínculos afetivos entre as pessoas (visitantes e residentes) e os recursos naturais existentes. [...] desse modo, proteger o ambiente por intermédio do turismo rural é um reconhecimento e valorização das culturas ditas tradicionais (PORTUGUEZ, 2005, p. 582).

Isso significa dizer que, em muitos dos relatos, confirma-se criação desse vínculo com os recursos naturais encontrados nos engenhos.

Quando se analisaram as práticas de gestão ambiental nos equipamentos, verificou-se que, apesar de não serem muito elaboradas, somente no Engenho Angicos – Casa de Campo é que há uma formalização por escrito aos hóspedes e aos empregados. Em todas as outras propriedades há, pelos menos, a consciência da importância de se tentar manter as condições atuais para as gerações futuras, principalmente por meio da coibição da caça e da pesca, derrubada da mata, separação dos resíduos, práticas estas presentes em todos os equipamentos. Ao se elaborar um quadro geral (ver quadro 10), foi possível verificar os indicadores de sustentabilidade e as categorias verificadas, de modo a se estabelecer um cenário atual da prática da atividade do turismo rural nos engenhos da Zona da Mata Norte de Pernambuco.

⁴ No caso específico do turismo rural, há o chamado Livro de Registro do Hóspede, no qual a maioria dos hóspedes, além de indicar sua procedência e nome completo, deixa suas impressões da visita.

Quadro 10 - Categorias e Indicadores dos Engenhos.

Categoria/Indicador	Casa de Campo					Cueirinha					Iguape					Aparauá					Jundiá					Uruaé					Água Doce					Média por categoria	Moda por categoria	Mediana por categoria					
	I1	I2	I3	I4	I5	I1	I2	I3	I4	I5	I1	I2	I3	I4	I5	I1	I2	I3	I4	I5	I1	I2	I3	I4	I5	I1	I2	I3	I4	I5	I1	I2	I3	I4	I5								
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.		2						3						4				3						4					4									3			3,14	3	3
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.		2						3						4				3						4					4				3			3,14	3	5					
3. Aumento da demanda de energia elétrica.		2						3						4				3						4					4		2					3	4	3					
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.		2						3						3				3						4					4			2				3	3	3					
5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.					5				4					4					4					4						5			4			4,14	4	3					
6. Degradação da flora de fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias.				4					4					4					4					4						4			4			4	4	4					
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.					5				5					5					5					5						5			5			5	5	4					
8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.				4					5					5					5					5						4			4			4,57	5	5					
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.					5				5					5					5					5						5			5			5	5	5					
10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.					5				4					5					5					5						2			2			4	5	5					

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A construção do quadro 10 possibilitou a mensuração, por aproximação, dos impactos ambientais (por meio do levantamento da média dos indicadores), de modo a inferir que, diante da análise por categoria (eixo horizontal), o cenário que se apresenta passa por um grau mediano de atendimento aos princípios de sustentabilidade. Porém, pela fragilidade de controle, tende à depredação a curto e médio prazo, ou seja, configurando-se com um Cenário 3, mas com forte tendência ao Cenário 4.

Quando se analisam todos os indicadores (eixo vertical), infere-se que há uma grande tendência aos cenários 4 e 5. Ou seja, é confirmado que existe um atendimento aos princípios da sustentabilidade; porém, pela fragilidade do controle, somente se sustenta no médio prazo, com uma tendência ao atendimento aos princípios da sustentabilidade e, portanto, contribui para esta, ao longo prazo.

Na busca por atender o objetivo geral desse trabalho que foi o de analisar os tipos e formatos das práticas de gestão ambiental utilizadas nos equipamentos de turismo rural da zona da mata norte de Pernambuco e suas possíveis consequências sobre a sustentabilidade dos equipamentos e dos ambientes naturais, constata-se que não há uma política de gestão ambiental explícita, mas que é tácita no dia a dia da operação da atividade do turismo rural nos engenhos visitados. Isso porque, na fala dos entrevistados, além das constatações anteriormente expressadas, há uma preocupação e existem ações que visam mitigar os impactos ambientais em seus equipamentos.

Ao se tentar responder ao questionamento assumido pela pesquisa: Os equipamentos de turismo rural da Zona da Mata Norte de Pernambuco vêm adotando alguma prática de gestão ambiental, como forma de se manterem sustentáveis? Confirma-se que existe adoção de práticas de gestão ambiental – mesmo que não formais – como tentativa de mitigar os impactos ocasionados pela atividade. São estas as principais práticas verificadas: a coibição da caça e da pesca, de derrubada ou queimada das matas e a separação do lixo.

Ficou comprovado – à luz do que há disponível como arcabouço teórico, quando se aborda o turismo rural –, que essa atividade surgiu no Brasil como uma alternativa econômica capaz de minimizar a decadência do meio rural e manter a atividade agrícola nas propriedades. Com efeito, a assertiva foi constatada em todos os equipamentos, além de corroborar o que Amorim (2007) afirma que, ao final da década de 1990, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da

Mata de Pernambuco (Promata) desenvolveu ações para promoção e desenvolvimento da região, por meio da atividade turística, com o intuito de promover a geração de renda e a valorização histórica dos engenhos (AMORIM, 2007). Todos os engenhos que partiram para a realização da atividade do turismo rural receberam algum tipo de incentivo, tanto proveniente do Promata quanto advindo de ações integradas do Sebrae e da Empetur.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa direcionou-se na análise dos tipos e formatos das práticas de gestão ambiental utilizadas nos equipamentos de turismo rural da zona da mata norte de Pernambuco e suas possíveis consequências sobre a sustentabilidade dos equipamentos e dos ambientes naturais. Caracterizou a oferta dos equipamentos para a prática do turismo rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco, identificou os aspectos relativos à prática da gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural, e construiu, a partir das análises dos potenciais de comprometimento ambiental dos processos de oferta dos serviços dos equipamentos de turismo rural da zona da mata norte de Pernambuco, cenários de sustentabilidade tendo como base as interações, entre práticas de gestão e sustentabilidade ambiental, geradas em uma matriz likert adaptada.

Utilizaram-se como referencial teórico as abordagens que mais se aproximaram do objetivo da pesquisa. Assim, em Barreto (2001); Ruschmann (2003); Ignarra (2003); Neto e Ansarah (2005); Beni (2007) e Lage e Milone (2011) buscou-se conceituar o turismo e a oferta turística. Contudo, sabendo-se da dificuldade de encontrar apenas uma definição que pudesse conter todas as interfaces da atividade turística, assumiu-se que o turismo deve priorizar o desenvolvimento local, a valorização do patrimônio cultural e natural, a oferta de produtos e serviços de qualidade, a manutenção da infraestrutura básica e das vias de acesso e o resgate dos costumes regionais, de forma a garantir às futuras gerações o usufruto do que hoje se tem.

Ao buscar a resposta para a questão central da pesquisa, utilizou-se uma conceituação de turismo rural que conseguisse expressar o que foi encontrado na pesquisa de campo. Adotaram-se as propostas de Rodrigues (1997); Tullik (1999); Solla (2002) e Portuguez (2008), pois seus referenciais, além de expressarem os dados obtidos na pesquisa de campo, o que corrobora as ideias de Cavaco (2001), quando este define o turismo rural como forma alternativa e sustentável de turismo implantada em áreas rurais produtivas (agricultura, pecuária) as quais são estruturadas, com o objetivo de oferecer diversos tipos de serviços turísticos, a saber: hospedagem, alimentação, passeios, vendas de produtos produzidos pelos moradores locais, como o artesanato, além de proporcionar aos visitantes contatos

físicos com diversas áreas naturais, desvinculando-se da agitação do dia a dia presente nos centros urbanos. Em todos os equipamentos pôde-se constatar essa premissa e, como foi dito anteriormente, apesar de não ser objeto deste trabalho, as impressões deixadas pelos hóspedes e visitantes nos livros de visita dos equipamentos refletem bem esse estado de desprendimento e de regresso ao ambiente natural.

Na busca pela compreensão da necessidade de se desenvolver a sustentabilidade na atividade turística, bem como a definição de indicadores que visassem à construção dessa sustentabilidade, buscou-se em Coriolano (2007); Cooper et. al. (2001); Swarbrook (2008); Seabra (2009); Aligleri (2009); Vignati (2008); Cordeiro (2008) e OMT (2003) o embasamento necessário para o intento. Constatou-se na pesquisa de campo que turismo e o meio ambiente estão, de forma indissociável, interrelacionados.

O ambiente natural é um ingrediente fundamental do produto turístico. Para Cooper et. al. (2001), no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado, tanto como um elemento facilitador da atividade turística quanto no desenvolvimento do processo turístico. Entretanto, da parte dos proprietários dos equipamentos pesquisados existe uma grande preocupação em se preservarem as áreas que muito já sofreram anteriormente com o desgastante processo da produção açucareira durante mais de 300 anos.

Na busca por responder à problemática levantada: Quais são os tipos e formatos das práticas de gestão ambiental realizadas pelos equipamentos de turismo rural da zona da mata norte de Pernambuco e suas consequências para a sustentabilidade dos ambientes naturais? Na pesquisa de campo, foi verificado que, apesar de não haver medidas formais de gestão ambiental, há um comportamento, por parte dos entrevistados, que revela a existência de medidas tácitas as quais levam ao desenvolvimento de práticas sustentáveis, a partir da proibição e coibição da caça e da pesca, da queimada e derrubada da mata e da separação do lixo. Ou seja, os aspectos relativos à gestão ambiental nos equipamentos de turismo rural não são estabelecidos de forma explicitada, por escrito, Todavia, há um comportamento tácito que busca promover a sustentabilidade em ações descritas anteriormente.

Ainda foi percebida uma preocupação com a população local, revelando assim um possível cenário de sustentabilidade social, principalmente quando se constatou que todos os empregados são da própria cidade ou região circunvizinha.

Na caracterização da oferta de equipamentos para a prática do turismo rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco, chegou-se ao número de 7 (sete) equipamentos, com a constatação de que todos enveredaram para a atividade do turismo rural na tentativa de se conseguir um incremento na renda das propriedades as quais declinaram com o fim dos tempos áureos do ciclo açucareiro, este interrompido com a modernização agroindustrial trazida pelas usinas que se instalaram na região a partir da década de 1950.

Ao se realizar o levantamento dos documentos oficiais que indicam as formas de implantação e operação dos equipamentos de turismo rural, no que tange à questão ambiental, não foi encontrado nenhum documento especificamente voltado para a atividade do turismo rural no estado de Pernambuco. Foram encontradas publicações da OMT (2003) e do BNB (1999), as resoluções do CONAMA (2013), bem como escritos dos autores que abordam os aspectos ligados à implantação e operação de equipamentos turísticos, como Cooper et. al. (2001), Coriolano (2007), Seabra (2009), Aligleri (2009), Swarbrookwe (2000), entre outros. Portanto, não existe oficialmente no estado de Pernambuco, ou mesmo na esfera federal, nenhum documento direcionado à implantação e à operação de equipamentos para o turismo rural. O que se pode encontrar foram esforços pontuais, como da Apeturr, da Faepe e do Sebrae, na tentativa de apoiar a atividade.

Ao se investigar o grau de adoção, pelos equipamentos, aos programas de gestão ambiental, verificou-se que os equipamentos de turismo rural da Zona da Mata Norte de Pernambuco não adotam nenhum tipo de programa de gestão ambiental. Porém, em todos eles há uma visível preocupação e realização de ações que visam minimizar os impactos ambientais na localidade.

Com base nos dados da pesquisa de campo, ficou evidenciado, na análise por categoria (eixo horizontal), que o cenário confirmado apresenta um grau mediano de atendimento aos princípios de sustentabilidade, porém, pela fragilidade de controle, tende à depredação em curto e médio prazos. No entanto, ao se analisarem os indicadores de sustentabilidade, infere-se que há uma grande tendência aos cenários 4 e 5, ou seja, é verificado que existe um atendimento aos princípios da sustentabilidade. Todavia, pela fragilidade do controle, esses cenários

somente se sustentam no médio prazo com uma tendência ao atendimento aos princípios da sustentabilidade ao longo prazo.

Não se conseguiu com este trabalho esgotar o tema relativo às questões de análise da sustentabilidade no turismo rural, no que se refere aos equipamentos da Zona da Mata Norte, pois há aspectos que não foram investigados quais sejam: caracterização da demanda, capacidade de carga, impactos sociais, satisfação do consumidor, satisfação do residente, indicadores econômicos, entre tantos outros que são atrelados às questões da sustentabilidade do turismo.

Sugere-se que sejam feitas pesquisas com os visitantes/turistas, empregados e comunidade local, no intuito de buscar uma melhor visualização dos aspectos relativos à percepção da gestão ambiental nos equipamentos, por partes deles, e não apenas restrito aos proprietários que, em virtude do tempo/espço.

Com a presente pesquisa, foi possível se realizar uma caracterização dos equipamentos da Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, bem como foi possível identificar os elementos e ações da gestão ambiental, visando à sustentabilidade. Foram demonstrados, portanto, de forma sintética, os possíveis cenários em que a atividade do turismo rural se encontra na área investigada.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação – referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 6027**: informações e documentação - sumário - apresentação. Rio de Janeiro, 2002c.

_____. **NBR 15401**: meios de hospedagem – sistema de gestão da sustentabilidade - requisitos. Rio de Janeiro, 2006.

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIZANSKA, Isak. **Gestão Socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade no negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Papyrus, 2000.

AMORIM, Ceci do Eirado. **Engenhos de Pernambuco**: da cana-de-açúcar ao turismo rural. Recife: Livro Rápido, 2007.

APETURR. Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico. Disponível em: < <http://www.apeturr.com.br/>>. Acesso em: 19 Jul. 2012.

BANCO DO NORDESTE; DIAS, Marilza do Carmo Oliveira (Coord.); PEREIRA, Mauri César Barbosa (Coord.). **Manual de impactos ambientais**: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza, Ceará: Banco do Nordeste, 1999.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: As possibilidades do planejamento. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001.

_____. Margarita **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 13^a. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 12^a. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira. **A questão ambiental: diversas abordagens**. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. In: VILELA JR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques (Org.). **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental – desafio e perspectivas para as organizações**. São Paulo: Editora Senac - São Paulo, 2006.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia e Técnicas de construção de cenários globais e regionais**. Brasília: IPEA, 2003.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. In: **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus (BA), v. 7, n. 2, p. 111-131, 2013.

CARDOSO, Luisa Coelho et. al. Gestão ambiental como diferencial na imagem corporativa: estudo multicaso em meios de hospedagem do município de Urubici – SC. In: **Turismo Visão e Ação**, Balneário Camboriú (SC), v. 15, n. 1, p. 6-20, 2013.

CAVACO, Carminda. O Mundo Rural Português: desafios e futuros? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo Rural: prática e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORDEIRO, Itamar José Dias e. **Instrumentos de Avaliação da Sustentabilidade do Turismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciência e Tecnologia – Departamento de Engenharia do Ambiente. Lisboa, 2008.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Turismo e Meio Ambiente: Interfaces e perspectivas. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

COOPER, Chis et al. **Turismo**: princípios e práticas. 2ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável em Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

GASI, Tânia Maria; FERREIRA, Edson. Produção mais limpa. In: VILELA JR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques. (Org). **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental**: desafio e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

GILLONE, D. Em busca do Equilíbrio Verde. In: **Anuário Exame do Agronegócio 2007-2008**. São Paulo: Abril, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (Org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José; CAMPANHOLA, Clayton. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira. **A questão ambiental**: diversas abordagens. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2ª. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Economia do Turismo**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LICKORISH, Leonard. J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Estudos Ambientais. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/portal-nacional-de-licenciamento-ambiental/licenciamento-ambiental/estudos-ambientais>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília-DF: Mintur, 2003.

MURTEIRA, Bento; BLACK, George Hubert Joseph. **Estatística descritiva**. McGraw-Hill, 1993.

PEDREIRA, Bernadete da Conceição Carvalho Gomes; SANTOS, Rozely Ferreira dos; POCIDONIO, Eluan Alan Lemos. Indicadores para selecionar áreas agroturísticas: o desempenho dos atributos agropecuários, turísticos e de conservação ambiental. In: **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 400-413, 2013.

PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Segmentação do Mercado Turístico: Estudos, produtos e Perspectivas. São Paulo: Manole, 2009.
OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PERNAMBUCO (Estado). **Plano Plurianual Todos por Pernambuco, 2012-2015**, anexo 1, 2012.

PIRES, Paulo dos Santos. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 2ª. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

PIRES, Paulo dos Santos; ANJOS, Francisco A.; OLIVEIRA, Josildete Pereira de. SILVA, Yolanda Flores e. Estruturação de matriz de impactos do turismo: o caso do agroturismo no município de Santa Rosa de Lima/SC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo** v. 3, n. 1, p. 68-89, abril 2009.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo Rural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.) **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

_____. Anderson Pereira. **Turismo Rural: Enfoques e Perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006.

_____. Anderson Pereira et. al. **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural**. São Paulo: Manole, 2010.

RIBEIRO, Helena. STIGLIANO, Beatriz Veroneze. Desenvolvimento Turístico Ambiental. In: PHILIPPI JR, Arlindo; RUSCHAMANN, Doris Van de Meene (ed). **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Ucitec, 1997.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo Rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo Rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo Rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.) **Turismo Rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMEH, Ladjane Milfont; SANTOS, Maria Salett Tauk. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. In: **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 49-66, 2011.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

SANTANDER. **Guia de Sustentabilidade** – meios de hospedagem. São Paulo, 2010.

SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Org.) **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

SAVITZ, S. **A empresa sustentável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHARF, Edson Roberto; FERNANDES, Josiane; ORLANDI, Orlandy. Gestão ambiental como estratégia de marketing em uma empresa de turismo rural. In: **Turismo Visão e Ação**, Balneário Camboriú (SC), v. 5, n. 2, p. 226-243, 2013.

SILVA, Joao Paulo; SANTOS, Maria Salett Tauk. Trabalho, turismo rural e desenvolvimento local na Zona da Mata de Pernambuco. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 5-23, 2010.

SOARES, Sebastião Roberto; SOUZA, Sabrina Rodrigues. Aplicação da Análise Multicritério para avaliação da sustentabilidade em empreendimentos turísticos. In: PHILIPPI JR, Arlindo; RUSCHAMANN, Doris Van de Meene (Ed.) **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; FIALHO, Marco Antonio Verardi. Atividades não agrícolas e Turismo Rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

STERQUEL, Rodrigo Figueroa; SEPULVEDA, Jorge Negrete; DÍAZ, Manuel Fuenzalida. Nuevos destinos / productos de turismo para la región de Valparaíso, Chile. las nuevas rutas de turismo para la reserva de la biosfera La Campana – Peñuelas. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 6, n. 3, p. 3-19, 2012.

SEABRA, Lilia. Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. . In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira. **A questão Ambiental: diversas abordagens**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Política de Turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.) **Turismo Rural: prática e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOLDATELI, Márcio. Impactos Ambientais Negativos no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Ed.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

SOLLA, Karina T. Turismo Rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo, Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Ed.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. 2ª. ed. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do turismo).

VIGNATI, Frederico. **Gestão de Destinos Turísticos**: como atrair pessoas para polos, cidades e países. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZIMMERMANN, Adonis. O que é turismo rural? Como funciona? In: 1º. SEMINÁRIO DE TURISMO RURAL DA BAHIA, 1998. Salvador. **Anais**. Salvador, Goethe – Institut, 1998.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo no Espaço Rural e Natural**: como tudo começou. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.zimmermann.com.br/espaco.htm>>. Acesso em: 5 mai. 2012.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1. Histórico;
2. Tempo de instalação;
3. Tempo de construção;
4. Área de construção;
5. Tipo de edificação;
5. Atividades Desenvolvidas;
6. Tempo de funcionamento no turismo rural;
7. Evolução da oferta do serviço;
8. Taxa de ocupação média/períodos de alta e baixa-demanda;
9. Leitos/capacidade
10. Constituição como empresa;
11. Número de funcionários;
12. Práticas de gestão ambiental

APÊNDICE B – Formulário de Pesquisa de Campo

Equipamento:

Data:

Categoria/Indicador	I1	I2	I3	I4	I5
1. Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável.					
2. Aumento da geração de resíduos sólidos.					
3. Aumento da demanda de energia elétrica.					
4. Aumento do tráfego de veículos, com a consequente redução da qualidade do ar e aumento da geração de ruídos.					
5. Contaminação da água dos rios e mares devido a esgotos não tratados.					
6. Degradação da flora de fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatórias.					
7. Redução da população de animais, que tem sua coleta dirigida ao atendimento da alimentação dos turistas, tais como: camarão, caranguejo etc.					
8. Necessidade de implantação de grandes obras de infraestrutura causadoras de impactos ambientais negativos, tais como: estradas, sistema de drenagem, aterros com grande movimentação de terras etc.					
9. Assoreamento da costa, devido às ações humanas com destruição de corais, recifes, mangues, restingas, dunas, etc., onde se destacam os constantes aterros realizados em praias para aumentar a área urbana.					
10. Degradação da paisagem devido a construções inadequadas, principalmente edifícios que por suas dimensões, formas, cores e matérias-primas utilizadas podem ser considerados arquitetonicamente inadequados ao lugar.					

Legenda

I1 – depredador

I2 - baixa sustentabilidade com possibilidade de depredação

I3 - sustentabilidade mediana (curto prazo)

I4 - sustentabilidade mediana (médio prazo)

I5 - sustentabilidade alta no longo prazo

ANEXO 1 – Manual de Impactos Ambientais-BNB. Introdução e Capítulo 4.